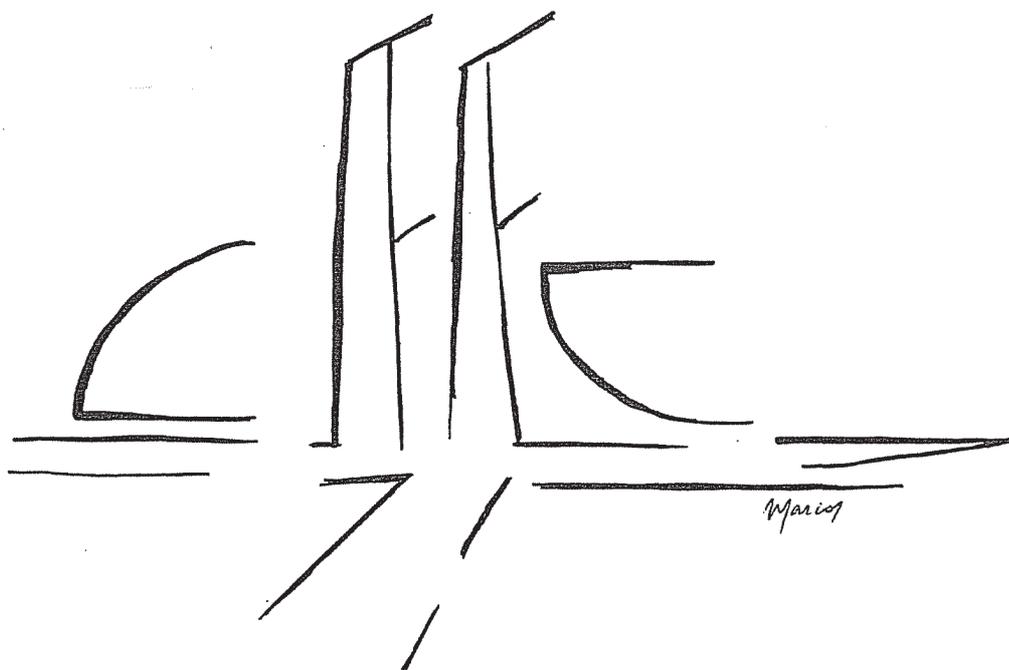




CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONTROLE
50ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1998

Presidente : PAULO BERNARDO (PT-PR)
1º Vice-Presidente: MILTON TEMER (PT-RJ)
2º Vice-Presidente: MÁRCIO FORTES (PSDB-RJ)
3º Vice-Presidente: PAULO BAUER (PFL-SC)

MEMBROS

Presidente: Paulo Bernardo (PT) - PR

1º Vice-Presidente: Milton Temer (PT) - RJ

2º Vice-Presidente: Márcio Fortes (PSDB) - RJ

3º Vice-Presidente: Paulo Bauer (PFL) - SC

TITULARES

Affonso Camargo
Aldo Rebelo
Álvaro Gaudêncio Neto
Augusto Carvalho
Ayrton Xerez
Candinho Mattos
Confúcio Moura
Fernando Lopes
Jairo Azi
João Leão
João Magalhães
Lindberg Farias
Luiz Fernando
Márcio Fortes
Márcio Reinaldo Moreira
Mário de Oliveira
Milton Temer
Moacyr Andrade
Pauderney Avelino
Paulo Bauer
Paulo Bernardo
Pedro Corrêa
Rommel Feijó
Valdemar Costa Neto

SUPLENTES

Adylson Motta
Alexandre Santos
Arlindo Chinaglia
Arthur Virgílio
Carlos Airton
Cidinha Campos
Dilceu Sperafico
Fernando Ferro
Freire Júnior
Humberto Costa
José Mendonça Bezerra
Lima Netto
Moreira Franco
Odacir Klein
Paulo Cordeiro
Paulo Lustosa
Sarney Filho
Ursicino Queiroz
Vicente Cascione

CORPO TÉCNICO

Maria Helena Pinheiro Monteiro
Secretária de Comissão

Hélio da Silva Madalena
Assessor Técnico de Comissão

Gregório Victor de Caldas Rodrigues
Assistente de Comissão

Manoel Rito Vieira Carvalho Pereira
Assessor Técnico Adjunto

Regina Maria Zolet
Assessora Técnica Adjunta

Tiok Abigail Shimoda Leite
Assessora Técnica Adjunta

Renata Lima Torres Coqueiro
Adjunta de Secretário de Comissão

Eveline de Carvalho Alminta
Secretária de Presidente

Nilma Martins Calazans
Encarregada de Setor de Tramitação de Proposições

Maria Nazaré Antunes Martins
Encarregada de Setor de Controle e Execução

Patrícia Silveira Cavalcante
Auxiliar de Comissão

Paulo Sérgio Pereira das Neves
Ajudante "B"

SUMÁRIO

Introdução	5
I. Composição da Comissão	7
1. Composição	8
2. Gráfico da Composição Partidária	10
II. Reuniões da Comissão	11
1. Gráfico de reuniões realizadas	13
2. Quadro demonstrativo de atividades desenvolvidas	14
3. Quadro demonstrativo de atividades de secretaria	15
4. Quadro comparativo de reuniões realizadas no período de 1995 a 1998	16
5. Reuniões de audiências públicas	17
III. Frequência às Reuniões	18
1. Quadro de frequência às reuniões por parlamentar (membros titulares)	20
2. Quadro de frequência às reuniões por parlamentar (membros suplentes)	21
3. Gráfico de frequência dos parlamentares por reunião	22
IV. Tramitação das Proposições	23
Proposições apresentadas	26
V. Atas das Reuniões	35

INTRODUÇÃO

A informação é o instrumento mais poderoso para a fiscalização e controle de qualquer ato de gestão da administração pública. Pretender consolidar uma Comissão de Fiscalização e Controle do Legislativo Federal sem proporcionar acesso às informações sobre as ações financeiras da Administração, é impossível. O efetivo controle dos gastos públicos federais, distribuídos pelos vinte e sete Estados da Federação e pelos mais de cinco mil municípios, só é possível a partir do momento em que os cidadãos, de cada Unidade da Federação, tenham acesso às informações sobre a aplicação destes recursos.

Sem a participação ativa da sociedade, e de suas instituições diversas, fica impossível à Câmara Federal, e a qualquer de suas Comissões, acompanhar e fiscalizar com eficácia a aplicação dos recursos federais.

Com este propósito é que construímos uma página da Comissão na rede mundial de computadores, objetivando a democratização do acesso à informação dos gastos públicos federais, bem como aos meios para coibir a malversação destes recursos. Além de um espaço de informação, constitui-se em meio de interação com a sociedade, suas entidades representativas e instituições de outras esferas governamentais.

Há ainda um longo caminho a percorrer para aperfeiçoar o processo informativo que pretendemos e para conseguir, de fato, consolidar a fiscalização institucional. Entretanto, acreditamos que este aperfeiçoamento virá como resultado da demanda social por informação. Nosso propósito foi o de garantir estrutura e meios à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para proporcionar, cada vez mais, o acesso da população às informações, não só de quantidade e alocação dos recursos públicos, como também de qualidade das políticas públicas por eles financiadas.

Ousamos também criar um processo rotineiro de acompanhamento da execução orçamentária. Para tanto, passamos a remeter diretamente para as câmaras de vereadores informações referentes às verbas de investimentos repassadas aos municípios, de modo que o legislativo municipal possa exercer a fiscalização e controle sobre a destinação destes recursos.

Com este mesmo propósito demos curso a outras iniciativas de estímulo à participação da sociedade no processo legislativo. Assim, por deliberação do colegiado, fizemos realizar reunião de audiência pública para instruir representação formulada por organização da sociedade civil para verificar os impactos dos projetos financiados por instituições financeiras multilaterais no orçamento da União.

A motivação subjacente a estas modestas iniciativas, fruto da necessária transparência que deve orientar os negócios públicos e embrião de um projeto maior e mais ousado na área da fiscalização e controle, constituiu-se em marco da nossa gestão a frente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Deputado **PAULO BERNARDO**
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

I. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

I - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

O número de membros efetivos de cada uma das comissões permanentes é estabelecido pela Mesa da Câmara, no início dos trabalhos da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) é composta atualmente por 25 membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelos Líderes dos partidos com representação na Câmara, observando-se critérios de proporcionalidade partidária. A vaga na Comissão pertence à legenda, e não ao Parlamentar. Desse modo, quando muda de partido, o Deputado pode ter sua vaga requisitada pelo Líder, que indica um novo membro para ocupar seu lugar.

A Comissão tem um Presidente e três Vice-Presidentes eleitos por seus pares, com mandatos até 15 de fevereiro do ano subsequente à posse, sendo proibida a reeleição. Em 1998, ocuparam a Presidência da CFFC o Deputado Paulo Bernardo, e as Vice-Presidências, os Deputados Milton Temer (1º Vice-Presidente), Márcio Fortes (2º Vice-Presidente), e Paulo Bauer (3º Vice-Presidente).

COMPOSIÇÃO

Presidente: PAULO BERNARDO (PT) - PR
1º Vice-Presidente: Milton Temer (PT) - RJ
2º Vice-Presidente: Márcio Fortes (PSDB) - RJ
3º Vice-Presidente: Paulo Bauer (PFL) - SC

PFL

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
AFFONSO CAMARGO	PR	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PE		
ÁLVARO GAUDÊNCIO NETO	PB	LIMA NETTO	RJ		
JAIRO AZI	BA	PAULO CORDEIRO	PR		
PAUDERNEY AVELINO	AM	SARNEY FILHO	MA		
PAULO BAUER	SC	URSICINO QUEIROZ	BA		

PSDB

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
AYRTON XEREZ	RJ	ALEXANDRE SANTOS	RJ		
CANDINHO MATTOS	RJ	ARTHUR VIRGÍLIO	AM		
JOÃO LEÃO	BA	03 VAGAS			
MÁRCIO FORTES	RJ				
ROMMEL FEIJÓ	CE				

BLOCO (PMDB/PRONA)

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
AUGUSTO CARVALHO (PPS)	DF	FREIRE JÚNIOR	TO		
CONFÚCIO MOURA	RO	MOREIRA FRANCO	TO		
JOÃO MAGALHÃES	MG	ODACIR KLEIN	RS		
MILTON TEMER(PT)	RJ	PAULO LUSTOSA	RS		

PPB

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
LUIZ FERNANDO	AM	ADYLSO MOTA	RS		
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	CARLOS AIRTON	AC		
MOACYR ANDRADE	AL	DILCEU SPERAFICO	PR		
PEDRO CORRÊA	PE	01 VAGA			

BLOCO (PT/PDT/PCdoB)

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
ALDO REBELO	SP	ARLINDO CHINAGLIA	SP		
FERNANDO LOPES	RJ	CIDINHA CAMPOS	RJ		
MÁRIO DE OLIVEIRA (PPB)	MG	FERNANDO FERRO	PE		
PAULO BERNARDO	PR	HUMBERTO COSTA	PE		

PTB

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
VALDEMAR COSTA NETO (PL)	SP	VICENTE CASCIONE	SP		

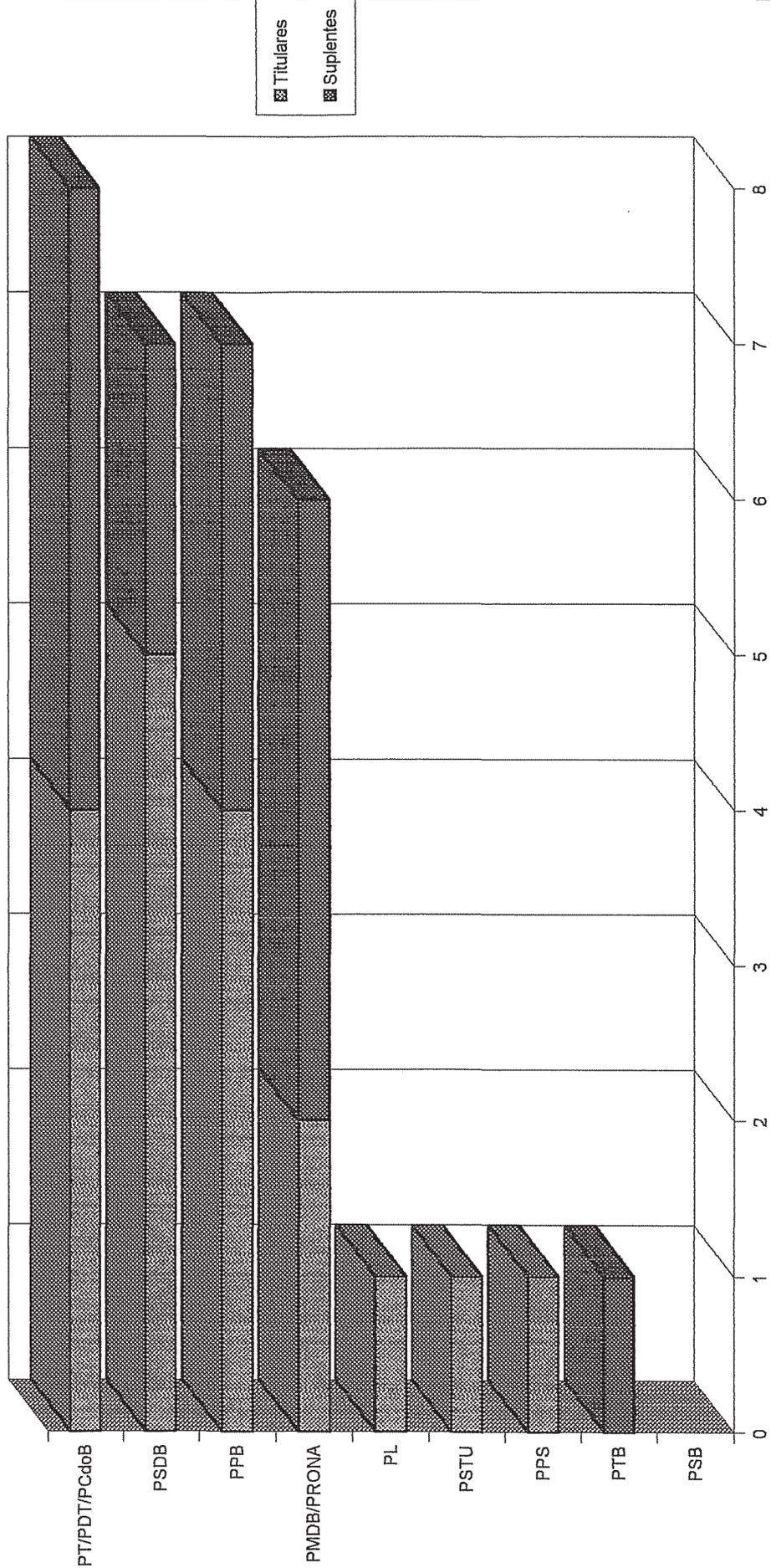
PSB

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
01 VAGA		01 VAGA			

PSTU

TITULARES		SUPLENTE		SUPLENTE	
LINDBERG FARIAS	RJ	01 VAGA			

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA - 1998



Obs.: O PSB não fez indicações às vagas a que tinha direito.

II. REUNIÕES DA COMISSÃO

II - REUNIÕES DA COMISSÃO

A Comissão, para a execução dos seus trabalhos, pode realizar reuniões ordinárias, extraordinárias, de audiência pública, conjuntas e informais.

Nas reuniões ordinárias, são apreciadas proposições, como propostas de fiscalização e controle, requerimentos de audiência pública, de auditoria e de convocação de ministros de Estado, e representações, que geralmente são apresentadas por integrantes da sociedade civil.

As reuniões extraordinárias são aquelas realizadas em horário e data diferentes da reunião ordinária. São convocadas pelo Presidente da Comissão para a deliberação de proposições apresentadas pelos parlamentares ou para a realização de audiência pública.

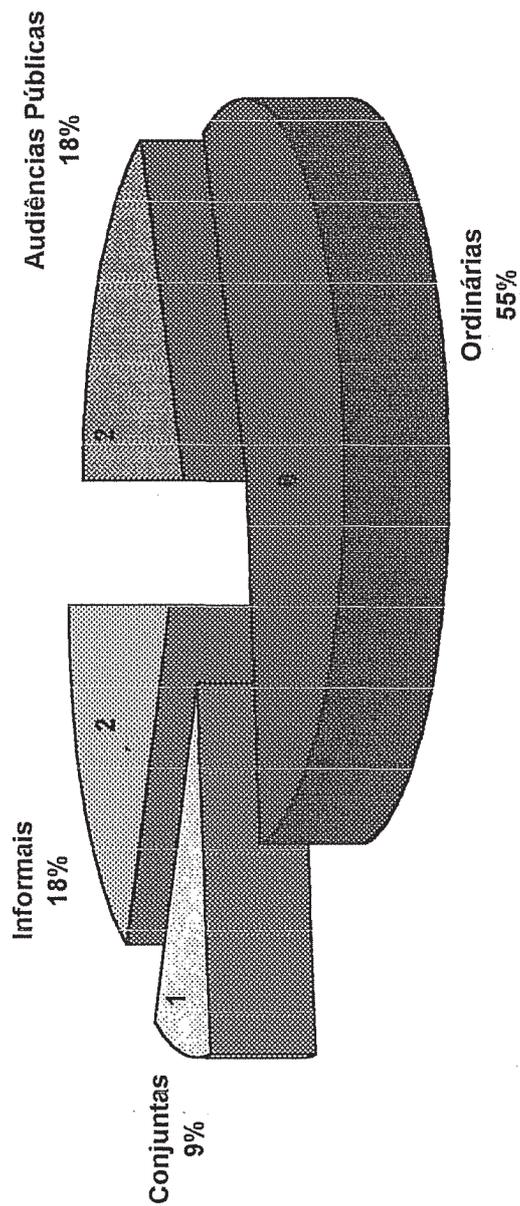
As reuniões de audiência pública são realizadas para que os deputados questionem autoridades e representantes da sociedade civil, e possam ouvir o que eles têm a dizer sobre assuntos relacionados à área de atuação da Comissão. Essas reuniões podem ser realizadas em conjunto com outras comissões da Câmara.

A CFFC não pode obrigar cidadãos comuns e outros integrantes do governo a depor em audiências públicas, apenas convidá-los a fazê-lo. Ressalte-se aqui, que a Comissão não tem poderes para realizar uma investigação exaustiva sobre qualquer assunto.

Ela não pode realizar um interrogatório sob juramento, nem quebrar sigilo bancário, fiscal ou telefônico. Isto quer dizer que, para obter as informações desejadas, a CFFC depende, muitas vezes, da boa vontade das pessoas em seus depoimentos orais ou por escrito.

Em 1998, a CFFC realizou 11 reuniões: 6 ordinárias, 1 conjunta, 2 audiências públicas e 2 informais.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE REUNIÕES REALIZADAS EM 1998



TOTAL DE
REUNIÕES: 11

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenação de Comissões Permanentes

DEMONSTRATIVO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES

ATIVIDADES DE SECRETARIA (QUADRO 3)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

ANO: 1998

ATIVIDADES	1. DE ORDEM PROCESSUAL - LEGISLATIVA											2. DE ORDEM ADMINISTRATIVA			
	1.1 Atas	1.2 Termo de Reunião		1.3 Ordem do Dia (Pauta)		1.4 Distrib./ Redistrib.	1.5 Termo de Receb. de Emendas	1.6 Pareceres de Comissão	1.7 Aviso de Receb. de Emendas		1.8 Resultado das Reuniões		1.9 Minuta Redação Final	CORRESPONDÊNCIAS	
		(1)	(2)	(1)	(2)				(1)	(2)	(1)	(2)		2.1 Receb.	2.2 Exped.
MESES															
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
MARÇO	2	0	1	6	2	5	0	1	0	0	2	6	0	8	235
ABRIL	2	2	4	37	2	2	0	0	0	0	1	13	0	14	150
MAIO	4	1	6	83	1	1	0	1	0	0	2	42	0	30	87
JUNHO	1	2	3	38	3	7	0	0	0	0	1	10	0	25	86
SUBTOTAL	9	5	14	164	8	15	0	2	0	0	6	71	0	80	561
AGOSTO	1	1	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47	59
SETEMBRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	6
OUTUBRO	0	2	3	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	15
NOVEMBRO	1	3	4	98	0	0	0	0	0	0	1	23	0	6	62
DEZEMBRO (Até 15/12)	0	2	1	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	20
SUBTOTAL	2	8	9	189	0	0	0	0	0	0	1	23	0	77	162
COMPLEMENTAÇÃO (16/12 a 14/02)															
TOTAL	11	13	23	353	8	15	0	2	0	0	7	94	0	157	723

(1) Documentos elaborados (2) Proposições relacionadas nos documentos

Brasília-DF, 15 de dezembro de 1998.

Maria Helena Pinheiro Monteiro

Secretária

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenação de Comissões Permanentes

DEMONSTRATIVO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES

ATIVIDADES DE SECRETARIA (QUADRO 3)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

ANO: 1998

ATIVIDADES	1. DE ORDEM PROCESSUAL - LEGISLATIVA										2. DE ORDEM ADMINISTRATIVA			
	1.1 Atas	1.2 Termo de Reunião		1.3 Ordem do Dia (Pauta)		1.4 Distrib./ Redistrib.	1.5 Termo de Receb. de Emendas	1.6 Pareceres de Comissão	1.7 Aviso de Receb. de Emendas		1.8 Resultado das Reuniões	1.9 Minuta Redação Final	CORRESPONDÊNCIAS	
		(1)	(2)	(1)	(2)				(1)	(2)			2.1 Receb.	2.2 Exped.
MESES														
FEVEREIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
MARÇO	2	0	1	6	2	5	0	1	0	0	2	6	8	235
ABRIL	2	2	4	37	2	2	0	0	0	0	1	13	14	150
MAIO	4	1	6	83	1	1	0	1	0	0	2	42	30	87
JUNHO	1	2	3	38	3	7	0	0	0	0	1	10	25	86
SUBTOTAL	9	5	14	164	8	15	0	2	0	0	6	71	80	561
AGOSTO	1	1	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	47	59
SETEMBRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	6
OUTUBRO	0	2	3	46	0	0	0	0	0	0	0	0	10	15
NOVEMBRO	1	3	4	98	0	0	0	0	0	0	1	23	6	62
DEZEMBRO (Até 15/12)	0	2	1	31	0	0	0	0	0	0	0	0	5	20
SUBTOTAL	2	8	9	189	0	0	0	0	0	0	1	23	77	162
COMPLEMENTAÇÃO (16/12 a 14/02)														
TOTAL	11	13	23	353	8	15	0	2	0	0	7	94	157	723

(1) Documentos elaborados (2) Proposições relacionadas nos documentos

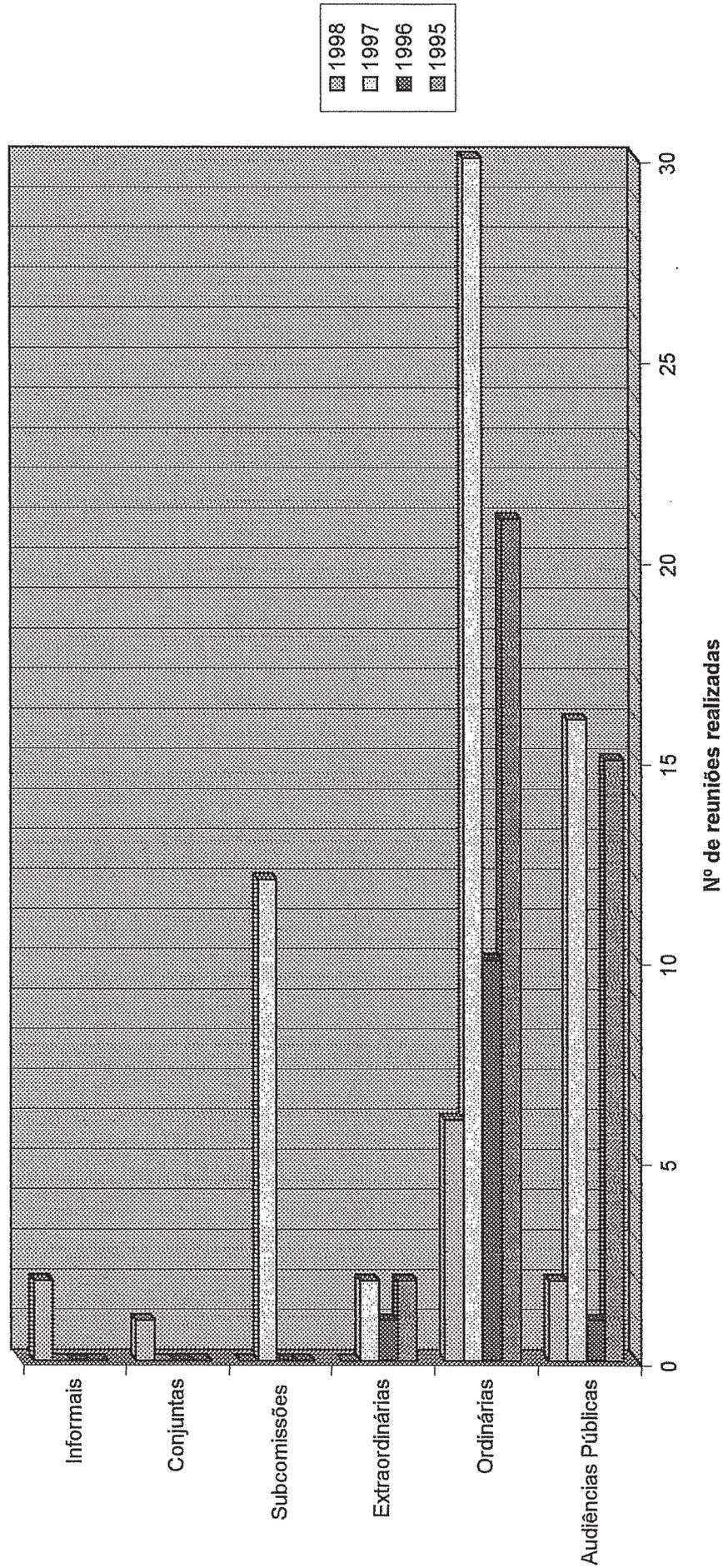
Brasília-DF, 15 de dezembro de 1998.

Maria Helena Pinheiro Monteiro

Secretária

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE QUADRO COMPARATIVO DE REUNIÕES REALIZADAS

PERÍODO : 1995 A 1998



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DATA	TÍTULO/TEMA	PARTICIPANTES
27/05/98	Política de liberação de recursos orçamentários na época da votação da reforma previdenciária.	Sr. Sérgio Cutolo dos Santos - Presidente da Caixa Econômica Federal
11/08/98	Debate com entidades da sociedade civil sobre os financiamentos das instituições financeiras multilaterais e Orçamento da União: o papel do Congresso Nacional na fiscalização e controle de acordos internacionais e de financiamentos externos.	Deputado Paulo Bernardo, Deputado Pauderney Avelino, Deputado Gilney Viana, Deputado Ivan Valente, Deputado Fernando Ferro, Prof. Marcus Faro - Diretor do Departamento de Relações Internacionais da UnB, Vereador Carlito Aragão - representante da Câmara Municipal de Belém/PA, Jo Marie Griesberg - Diretora da ONG Center of Concern, Aurélio Viana Júnior - Secretário Executivo da Rede Brasil, Jocélio Drumond - Coordenador do Internacional dos Serviços Públicos no Braisl - ISP, Sérgio Haddad - Secretário Executivo da ONG Ação Educativa, Nancy Alexander - Diretora da ONG Globalization Challenge Initiative, Steve Schwartzman - representante da ONG Environmental Defense Fund, Eraldo José da Silva - Coordenador do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.

III. FREQUÊNCIA ÀS REUNIÕES

III - FREQUÊNCIA ÀS REUNIÕES

O *quorum* mínimo de 13 parlamentares para a abertura de uma reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle só é obrigatório nos casos de reuniões deliberativas, por isso, não é necessário para as audiências públicas, reuniões informais e conjuntas.

FREQÜÊNCIA ÀS REUNIÕES (POR PARLAMENTAR)
MEMBROS TITULARES

TITULARES	REUNIÕES	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
AFFONSO CAMARGO		Presente		Presente		Presente	Presente		Presente		
ALDO REBELO		Presente	Presente	Presente		Presente	Presente		Presente	Presente	
ÁLVARO GAUDÊNCIO NETO			Presente				Presente			Presente	
AUGUSTO CARVALHO		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	
AYRTON XEREZ		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	
CANDINHO MATTOS		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	
CONFÚCIO MOURA		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente
FERNANDO LOPES							Presente				
JAIRO AZI											
JOÃO LEÃO		Presente		Presente				Presente			
JOÃO MAGALHÃES					Justificada						
LINDBERG FARIAS			Presente	Presente					Presente	Presente	
LUIZ FERNANDO											
MÁRCIO FORTES		Presente	Presente	Presente							
MÁRCIO REINALDO MOREIRA		Presente		Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	
MÁRIO DE OLIVEIRA		Presente		Justificada						Presente	
MILTON TEMER		Presente	Presente	Presente		Presente			Presente	Presente	
MOACYR ANDRADE		Presente	Presente	Presente		Presente					
PAUDERNEY AVELINO		Presente	Presente	Presente		Presente	Presente		Presente	Presente	Presente
PAULO BAUER			Presente	Presente					Presente	Presente	
PAULO BERNARDO		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Justificada	Presente	Presente	Presente	Presente
PEDRO CORRÊA				Presente			Justificada		Presente		
ROMMEL FEIJÓ							Presente			Presente	
SANDRO MABEL											
VALDEMAR COSTA NETO		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente

- 1ª Reunião (instalação), em 18/03/98
- 2ª Reunião (ordinária), em 25/03/98
- 3ª Reunião (ordinária), em 01/04/98
- 4ª Reunião (informal), em 08/04/98
- 5ª Reunião (ordinária), em 06/05/98
- 6ª Reunião (ordinária), em 20/05/98
- 7ª Reunião (conjunta), em 26/05/98
- 8ª Reunião (aud.púb.), em 27/05/98
- 9ª Reunião (ordinária), em 03/06/98
- 10ª Reunião (aud.púb.), em 11/08/98

Legenda:  Não-membro

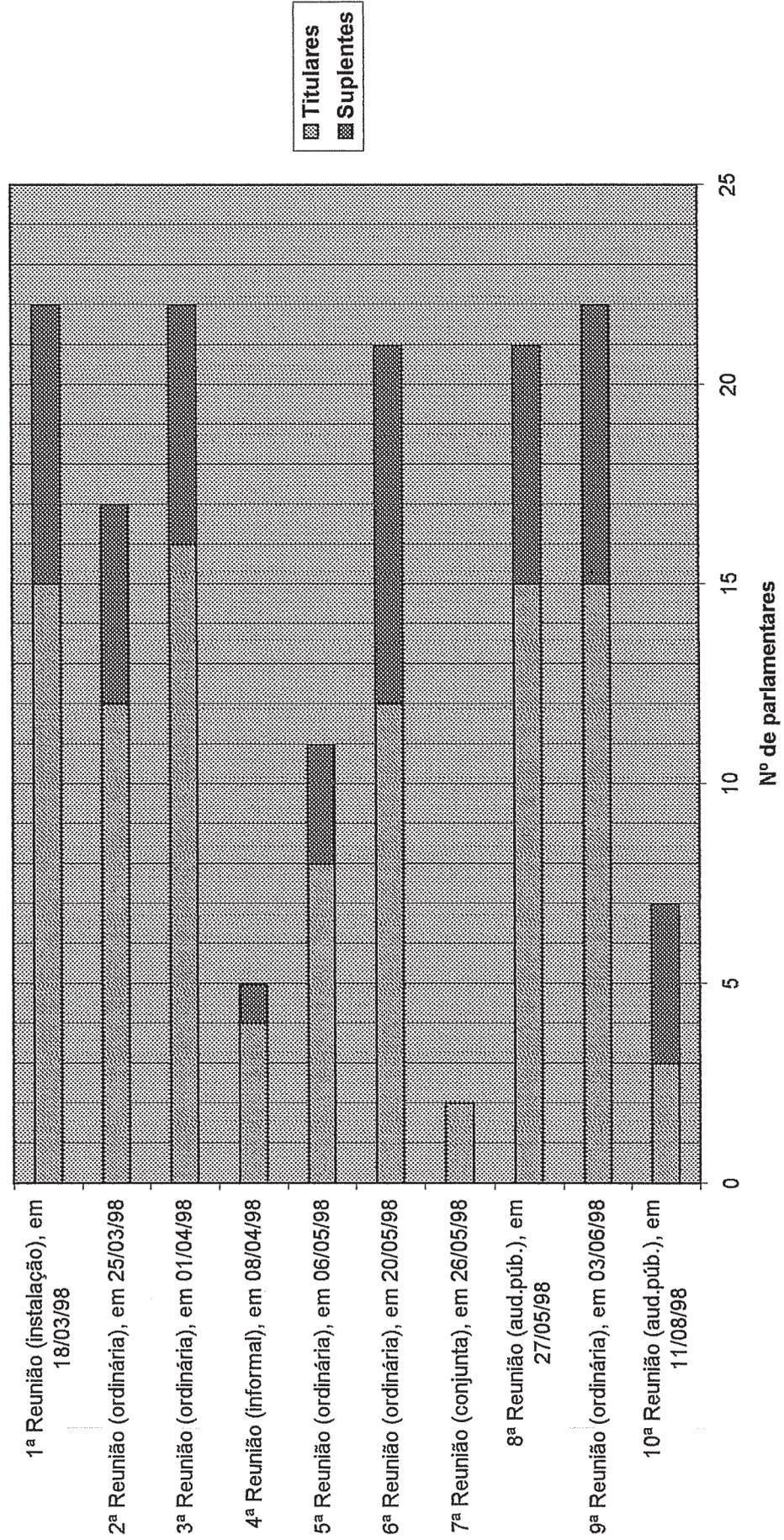
FREQÜÊNCIA ÀS REUNIÕES (POR PARLAMENTAR)
MEMBROS SUPLENTE

SUPLENTE	REUNIÕES	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
ADYLSON MOTTA											Presente
ALEXANDRE SANTOS		Presente	Presente	Presente			Presente		Presente	Presente	
ARLINDO CHINAGLIA		Presente	Presente			Presente	Presente		Presente	Presente	Presente
ARTHUR VIRGLIO											
CARLOS AIRTON							Presente				
CIDINHA CAMPOS											
DILCEU SPERAFICO											
FERNANDO FERRO		Presente	Presente	Presente		Presente	Presente		Presente	Presente	Presente
FREIRE JÚNIOR											
HUMBERTO COSTA		Presente	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	
JOÃO MAGALHÃES			Presente								
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA											
LIMA NETTO		Presente					Presente				
MOREIRA FRANCO											
ODACIR KLEIN							Presente		Presente		
PAULO CORDEIRO		Presente					Presente		Presente	Presente	
PAULO LUSTOSA							Presente		Presente	Presente	Presente
PEDRO YVES											
SARNEY FILHO											
URSICINO QUEIROZ		Presente									Presente
VICENTE GASCIONE											

Legenda:  Não-membro

- 1ª Reunião (instalação), em 18/03/98
- 2ª Reunião (ordinária), em 25/03/98
- 3ª Reunião (ordinária), em 01/04/98
- 4ª Reunião (informal), em 08/04/98
- 5ª Reunião (ordinária), em 06/05/98
- 6ª Reunião (ordinária), em 20/05/98
- 7ª Reunião (conjunta), em 26/05/98
- 8ª Reunião (aud.púb.), em 27/05/98
- 9ª Reunião (ordinária), em 03/06/98
- 10ª Reunião (aud.púb.), em 11/08/98

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE FREQUÊNCIA DOS PARLAMENTARES (POR REUNIÃO)



IV. TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

IV - TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

No âmbito da CFFC, três tipos de proposições apresentadas por parlamentares, membros ou não da Comissão, são apreciados: requerimento, proposta de fiscalização e controle (PFC), e representação.

Os requerimentos, depois de apresentados à Comissão, são colocados na pauta de votação de uma reunião. Se aprovados, são encaminhados pela Secretaria da Comissão aos órgãos a que se destinam. Se rejeitados, são arquivados. Os mais comuns são os de audiência pública, de convocação de ministros de Estado, de informações, de auditoria pelo Tribunal de Contas da União e de convite a autoridades ou representantes da sociedade civil para prestarem esclarecimentos sobre fatos investigados.

Quando um ministro é convocado por meio de requerimento, ele é obrigado a comparecer à Comissão em data e hora estabelecidas pela Presidência. Caso não o faça, responde na Justiça por crime de responsabilidade. Se for apenas convidado, não existe a obrigatoriedade de seu comparecimento.

Os requerimentos de informação constituem também instrumento de fiscalização e controle. Podem ser apresentados à Comissão ou ao plenário da Câmara. Através deles, um parlamentar pode se dirigir a um ministro de Estado para solicitar-lhe uma determinada informação sobre a área de responsabilidade de seu ministério.

A Constituição determina que, a partir do momento em que é notificado, o ministro tem 30 dias para responder às questões formuladas, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Os parlamentares podem, ainda, requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.

Ao receber o requerimento, o TCU analisa o pedido e encaminha seu parecer e os resultados das diligências à Comissão.

A proposta de fiscalização e controle (PFC), prevista nos artigos 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), alcançou foros de instrumento privilegiado e específico de desencadear ações de fiscalização e controle.

Por intermédio desse instrumento regimental podem ser fiscalizados os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado; os atos do presidente e

vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União, que importarem, tipicamente, em crime de responsabilidade, além dos referidos no artigo 70 da Constituição Federal.

A PFC apresentada à CFFC deve conter a indicação específica do ato e fundamentação da providência objetivada. Ao recebê-la, a secretaria da Comissão a encaminha à presidência da Câmara, para que seja numerada. Quando ela é devolvida, a secretaria comunica o fato ao presidente da Comissão, que designa um dos membros efetivos para elaborar o relatório sobre a matéria.

O Relator devolve um relatório prévio no qual avalia a oportunidade e conveniência da medida, e o alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo, posteriormente, o plano de execução e a metodologia de avaliação.

O relatório é colocado em votação na Comissão e depois de ser aprovado, o mesmo Relator fica encarregado de sua implementação e da elaboração do relatório final. Se o relatório for rejeitado, será arquivado.

Conforme o caso, o relatório final de fiscalização e controle é encaminhado à Mesa da Câmara, para as providências de sua alçada; ao Ministério Público; ao Poder Executivo, para adotar medidas de caráter disciplinar e/ou administrativo; à comissão permanente que tenha maior pertinência com a matéria; e ao Tribunal de Contas da União, dentre outros.

As representações são o mecanismo instituído regimentalmente para assegurar a participação da sociedade civil nas comissões permanentes da Câmara (artigos 24 e 253 do RICD).

Assim, a CFFC receberá e examinará representação de qualquer pessoa física ou jurídica contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputados a membros da Casa, desde que apresentados por escrito, vedado o anonimato do autor ou autores.

O membro da Comissão a que for distribuído o processo, exaurida a fase de instrução, apresentará relatório, do qual se dará ciência aos interessados. Se o relatório considerar procedente a representação apresentada, ela será incluída na pauta de reunião para ser submetida ao plenário da Comissão. Caso contrário, a representação será arquivada.

Proposições Apresentadas

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS EM 1998

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

Nº 88/98 Deputado Miro Teixeira
Solicita fiscalização sobre processos sucessórios entre BNH e Caixa Econômica Federal, com respeito ao ativo e passivo das Fundações que as entidades, respectivamente, patrocinavam e patrocinam.
NÃO APRECIADA

Nº 89/98 Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh
Propõe que CFFC proceda auditoria no Fundo Contábil do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA.
NÃO APRECIADA

Nº 91/98 Deputados Maurício Requião e Luciano Zica
Propõe que a CFFC fiscalize o processo de liberação de créditos orçamentários no que diz respeito aos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e publicidade.
NÃO APRECIADA

Nº 98/98 Deputado Jaques Wagner
Propõe que a CFFC fiscalize o trâmite de registros de trabalhadores estrangeiros no Brasil, e de registros no Ministério do Trabalho.
NÃO APRECIADA

Nº 99/98 Deputado Telmo Kirst
Determina a avaliação dos efeitos dos estímulos fiscais vigentes em Zonas de Livre Comércio em todo o território nacional.
NÃO APRECIADA

REQUERIMENTOS:

Nº 299/98 Deputado Paulo Bernardo e Humberto Costa
Solicita ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeção extraordinária concomitante nas liberações de recursos da União para estados e municípios que venham a ocorrer no período de três meses anteriores às eleições, e em caso de realização de segundo turno, durante o período de campanha a ele destinado.
APROVADO

Nº 300/98 Deputado Confúcio Moura
Requer ao IBAMA cópia e parecer referentes à auditoria realizada no Escritório Regional de Ariquemes-RO, relativamente ao ano de 1997, bem como esclarecimentos a respeito das providências adotadas.

APROVADO

Nº 301/98 Deputado Vanio dos Santos

Solicita seja convocado o Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, a fim de prestas esclarecimentos sobre a liberação de recursos orçamentários.

APROVADO

Nº 302/98 Deputado João Fassarella e Ademir Lucas

Solicita apurar irregularidades relatadas pelo Jornal "Estado de Minas", edições dos dias 20 e 21 de março do correte, no âmbito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER e algumas prefeituras do Estado de Minas Gerais.

APROVADO

Nº 303/98 Deputado Inácio Arruda

Solicita encaminhar ao Tribunal de Contas da União pedido de realização de auditoria sobre os procedimentos licitatórios para a execução do Projeto do trem Metropolitano de Fortaleza (Metrofor).

NÃO APRECIADO

Nº 304/98 Deputado Milton Temer

Solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, a respeito de processo de seleção a cargos na Superintendência do INSS no Estado do Rio de Janeiro.

APROVADO

Nº 305/98 Deputado Humberto Costa

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acerca de repasses da CPMF para gastos com programas de saúde.

APROVADO

Nº 306/98 Deputado Paulo Bernardo

Solicita ao Tribunal de Contas da União o envio a este órgão dos resultados de apuração, até o presente momento, do processo nº 003.925-90-0, que tramita naquela Corte.

APROVADO

Nº 307/98 Deputado Aldo Rebelo

Solicita ao Tribunal de Contas da União o envio de prestação de contas e pareceres relativos ao Serviço Social da Indústria - SESI, do Estado de São Paulo.

APROVADO

Nº 308/98 Deputado Confúcio Moura

Solicita a CFFC encaminhar ao Ministro de Estado de Minas e Energia pedido de informação sobre os procedimentos administrativos já adotados para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

APROVADO

Nº 309/98 Deputado Humberto Costa

Solicita a realização de audiência pública para discutir a situação das privatizações de empresas estaduais em Pernambuco.

APROVADO

Nº 310/98 Deputado Milton Temer

Solicita convocar o Ministro de Estado da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro - PROER.

NÃO APRECIADO

Nº 311/98 Deputado Milton Temer

Solicita convocar o Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a fim de prestarem esclarecimentos sobre financiamentos concedidos pelo BNDES no âmbito do Programa de Privatização.

NÃO APRECIADO

Nº 312/98 Deputado Paulo Bernardo

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre operações do Banco Noroeste S.A.

APROVADO

Nº 313/98 Deputado Aldo Rebelo e Paulo Bernardo

Solicita a realização de audiência pública para discutir denúncias de irregularidades na aplicação de recursos do SESI/SP.

APROVADO

Nº 314/98 Deputado José Genoíno

Solicita convocação do Ministro da Fazenda para prestar informações e esclarecimentos sobre a recente divulgação de "erro" no cálculo das contas da União relativas ao ano de 1997 que resultou num acréscimo de cerca de R\$ 2 bilhões no déficit público.

REJEITADO

Nº 315/98 Deputado Paulo Bernardo

Solicita ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tão logo esteja constituída, a remessa do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 1999, quando de sua chegada ao Congresso Nacional, a fim de que se possa emitir parecer circunstanciado ao mesmo.

APROVADO

Nº 316/98 Deputado Arlindo Chinaglia

Solicita convocar o Ministro de Estado da Justiça e convidar o Diretor-Geral da Polícia Federal para prestarem informações sobre os contratos firmados pela Polícia Federal com as empresas Sofremi e Atech.

NÃO APRECIADO

Nº 317/98 Deputado Márcio Fortes

Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre Acordo de Cooperação para a Modernização e Reparelhamento do Departamento de Polícia Federal.

APROVADO

Nº 318/98 Deputado Pedro Corrêa
Solicita a realização de audiência pública para tratar sobre a concessão de carteira estudantil no País, e instruir projetos de lei em tramitação nesta Casa do Legislativo.
NÃO APRECIADO

Nº 319/98 Deputado José Pimentel
Solicita a realização audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Sampaio Malan, e do Presidente do Banco do Brasil S.A., Dr. Paulo César Ximenes, com vistas a que seja esclarecido o o processo de privatização das subsidiárias do Banco do Brasil. BB-DTVM e BB-Securities, amplamente divulgados.
NÃO APRECIADO

Nº 320/98 Deputado Fernando Ferro
Solicita convocar o Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre contratos para fornecimento e implantação dos sistemas, equipamentos, materiais e serviços que compõem os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC
NÃO APRECIADO

Nº 321/98 Deputado Fernando Ferro
Solicita requisitar inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional no Departamento da Polícia Federal em face da implantação dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMETEC.
NÃO APRECIADO

Nº 322/98 Deputado Fernando Ferro
Requer à CFFC solicitar, por intermédio do Ministro da Fazenda, informações ao Presidente do Banco do Brasil sobre Projeto de Desenvolvimento da Zona da Mata Nordestina.
APROVADO

Nº 323/98 Deputado Fernando Ferro
Solicita informações ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária sobre Programa de Reforma Agrária para a região Nordeste.
APROVADO

Nº 324/98 Deputado Arlindo Chinaglia
Solicita ao Tribunal de Contas da União inspeção extraordinária sobre as Planilhas de Custos Consolidadas elaboradas pelas concessionárias dos serviços de transporte aéreo, nos últimos (05) cinco anos, para efeito do arbitramento e homologação do valor das tarifas aéreas pelo Departamento de Aviação Civil - DAC, do Ministério da Aeronáutica.
APROVADO

Nº 325/98 Deputado Humberto Costa e Fernando Ferro

Solicita convocar o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, a fim de prestar esclarecimentos sobre ações de prevenção e combate à seca tomadas por aquele Ministério.

APROVADO

Nº 326/98 Deputado Humberto Costa

Solicita à Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados estudo sobre a execução do crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000.000,00, aprovado para reforçar a dotação orçamentária com as ações de defesa civil, no combate aos efeitos do fenômeno meteorológico conhecido como "El Niño".

APROVADO

Nº 327/98 Deputado Confúcio Moura

Solicita aos Ministros da Educação e do Desporto, Saúde, Planejamento e Orçamento, e Extraordinário dos Esportes cópia dos convênios estabelecidos entre os órgãos públicos a eles afetos e a prefeitura do Município de São Francisco do Guaporé (RO).

NÃO APRECIADO

Nº 328/98 Deputado Aldo Rebelo

Solicita encaminhar Indicação ao Presidente da República, relativa à dispensa de tarifas dos Correios para remessa de socorro às vítimas da seca.

RETIRADO PELO AUTOR

Nº 329/98 Deputado Chico Vigilante

Solicita informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre a suspensão de cobrança judicial dos débitos de devedores da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

APROVADO

Nº 330/98 Deputado Chico Vigilante

Solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a suspensão de cobrança judicial dos débitos de devedores da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

APROVADO

Nº 331/98 Deputado Arlindo Chinágli

Solicita transformar a PFC nº 33/95 de sua autoria, em auditoria operacional extraordinária.

APROVADO

Nº 332/98 Deputado Paulo Bernardo

Solicita a realização de audiência pública com entidades da sociedade civil representativas de comunidades afetadas por projetos financiados por Instituições Financeiras Multilaterais para instruir a Representação nº 01/98, em trâmite.

APROVADO

Nº 333/98 Deputado Fernando Ferro

Solicita realização de audiência pública com entidades da sociedade civil e representantes das comunidades afetadas pela estiagem no semi-árido da Região Nordeste.

APROVADO

Nº 334/98 Deputado Humberto Costa

Solicita ao Tcu o inteiro teor da Inspeção 325331/97-9, referente as obras na rodovia BR-080, trecho Padre Bernardo - Uruaçu, no Estado de Goiás.

NÃO APRECIADO

Nº 335/98 Deputado Carlos Airton

Solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre as operações irregulares das empresas da família do Governador do Estado do Acre, junto ao BANACRE.

NÃO APRECIADO

Nº 336/98 Deputado Augusto Carvalho

Solicita realizar audiência pública para discutir os fatos que levaram à liquidação extrajudicial do Banco Mercantil de Descontos BMD, com a presença das autoridades relacionadas no requerimento.

NÃO APRECIADO

Nº 337/98 Deputado Paulo Bernardo

Solicita informações aos Ministros da Fazenda e do Planejamento e Orçamento sobre operações com o Fundo Monetário Internacional para instruir a Representação nº 01/98 em tramitação nesta Comissão.

RETIRADO PELO AUTOR

Nº 338/98 Deputado Walter Pinheiro

Solicita autorização para colher depoimentos de técnicos do INCRA/BA envolvidos nas denúncias de superfaturamento de terra.

NÃO APRECIADO

Nº 339/98 Deputado Walter Pinheiro

Solicita que seja convocado o Exmº Sr. Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a fim de prestar esclarecimentos sobre matéria do Jornal Folha de São Paulo, edição do dia 09/10/98, pág. 04, assinada pelos Jornalistas Elvira Lobato (Sucursal do Rio) e Izabel Clemente (enviada especial a Madri), dando conta do favorecimento ilícito ao referido Ministro pela Empresa Telefônica de Espanha.

NÃO APRECIADO

Nº 340/98 Deputado Arlindo Chinaglia

Solicita que seja convidado o Sr. Secretário Federal de Controle do Ministério da Fazenda a fim de prestar esclarecimentos sobre a redução da estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

NÃO APRECIADO

Nº 341/98 Deputado Colbert Martins

Solicita que seja convocado o Sr. Ministro de Estado das Comunicações, afim de prestar esclarecimentos sobre despesas relacionadas à viagem à Espanha, no período de 06 a 13 de outubro de 1998.

NÃO APRECIADO

Nº 342/98 Deputado Colbert Martins

Solicita que seja convocado o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre distribuição e repasse das receitas oriundas das fontes de recursos do orçamento da seguridade social.

NÃO APRECIADO

Nº 343/98 Deputados José Pimentel e Outros

Solicita que seja requisitada ao Tribunal de Contas da União, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional no Banco do Nordeste do Brasil S.A., exercícios financeiros de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998.

NÃO APRECIADO

Nº 344/98 Deputada Marta Suplicy

Solicita providências para investigação de denúncias publicadas pela revista "Época" e pelo jornal "O Estado de São Paulo".

REJEITADO

Nº 345/98 Deputados Paulo Bernardo e Walter Pinheiro

Solicita cópias das fitas com gravações de conversas telefônicas entre o Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o Presidente do BNDES, André Lara Rezende, referente à denúncia da Revista Época.

NÃO APRECIADO

Nº 346/98 Deputado Milton Temer

Solicita que seja convidado o Senhor Lafayette Coutinho, ex-presidente do Banco do Brasil.

NÃO APRECIADO

Nº 347/98 Deputados Walter Pinheiro, Paulo Bernardo e Outros

Solicita realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o futuro do Serviço Federal de Processamentos de Dados (SERPRO) a partir da Portaria nº 273 de 13/10/98, do Ministério da Fazenda.

NÃO APRECIADO

Nº 348/98 Deputado Milton Temer

Solicita tomada de depoimento de Ricardo Sérgio de Oliveira, Diretor da área internacional do Banco do Brasil.

NÃO APRECIADO

Nº 349/98 Deputado João Magalhães

Solicita informações sobre os precatórios do DNER.

RETIRADO PELO AUTOR

REPRESENTAÇÕES:

Nº 01/98 Rede Brasil

Solicita a criação de um Grupo de Trabalho sobre as Instituições Financeiras Multilaterais, com o objetivo de verificar os efeitos no Orçamento da União das políticas e dos projetos por elas financiados no Brasil.

NÃO APRECIADA

Nº 02/98 Câmara Municipal de Sobradinho - BA

Solicita verificar possível irregularidade na transferência de recursos da União, por meio de convênio, à Construtora Guatama Ltda.

NÃO APRECIADA

Nº 03/98 Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco-SINDSEP

Solicita apurar os fatos relatados no Jornal Diário de Pernambuco, página 5 (cinco), edição de 7 de abril de 1998, sob o título "Presidente beneficia Roseana Sarney", referentes à compra pelo BNDES de 30% (trinta por cento) das ações da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR.

NÃO APRECIADA

Nº 04/98 Sindicato dos Bancários de São Paulo

Solicita providências cabíveis sobre notícias de que existe um conjunto de documentos que envolvem pessoas públicas com uma suposta empresa nas ilhas Caymann.

NÃO APRECIADA

Nº 05/98 Fenadados

Solicita as providências cabíveis e o exame da Portaria nº 273, de 13/10/98, do Ministério da Fazenda, que estabelece metas e diretrizes para o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) para o biênio 1998/1999.

NÃO APRECIADA

V. ATAS DAS REUNIÕES

V - ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1998

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, na forma regimental, para a eleição do Presidente e Vice-Presidentes deste órgão técnico, na presente sessão legislativa, assumindo a presidência dos trabalhos, na condição de mais recente Presidente, o Deputado Arlindo Chinaglia. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Membros Titulares Deputados Affonso Camargo, Aldo Rebelo, Augusto Carvalho, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, João Leão, Márcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Mário de Oliveira, Milton Temer, Moacyr Andrade, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Valdemar Costa Neto e os Membros Suplentes Deputados Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro, Humberto Costa, Lima Netto, Paulo Cordeiro e Ursicino Queiroz. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Titulares Álvaro Gaudêncio Neto, Fernando Lopes, Jairo Azi, Lindberg Farias, Luiz Fernando, Paulo Bauer, Pedro Corrêa, Rommel Feijó e Sandro Mabel. Compareceu como não-membro o Deputado Marcus Vicente - PSDB/ES.

ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de Lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Deputado Paulo Bernardo, 1º Vice-Presidente, Deputado Milton Temer, 2º Vice-Presidente, Deputado Márcio Fortes e 3º Vice-Presidente, Deputado Paulo Bauer. A seguir, o Presidente designou o Deputado Confúcio Moura para servir como Secretário; ausentando-se o mesmo, foi designado o Deputado Valdemar Costa Neto para substituí-lo. Finda a votação, foi constatada a coincidência entre o número de sobrecartas e de votantes. Processada a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Paulo Bernardo, com dezoito votos, para 1º Vice-Presidente, Deputado Milton Temer, com dezoito votos, 2º Vice-Presidente, Deputado Márcio Fortes, com dezenove votos e 3º Vice-Presidente, Deputado Paulo Bauer, com dezenove votos. Neste momento, o

Presidente agradeceu aos funcionários, membros e demais autoridades pela atuação na comissão e expôs suas avaliações aos trabalhos da sessão legislativa passada. Em seguida, o Presidente convidou o Deputado Paulo Bernardo a assumir a Presidência, declarando-o empossado. O Presidente eleito, Deputado Paulo Bernardo, declarou empossados os Deputados Milton Temer, Márcio Fortes e Paulo Bauer. Continuando, o Presidente teceu comentários quanto a metodologia de trabalho a ser executada nesta sessão legislativa, bem como sua intenção em criar uma "home page" na Internet para divulgação dos trabalhos da comissão, do acompanhamento da execução orçamentária federal e de denúncias.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, às doze horas, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito, posteriormente, para compor esta Ata. E, para constar, eu, Marcos Figueira de Almeida - Secretário, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (ORDINÁRIA)

REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1998

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e cinco de março de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os Membros Titulares Deputados Milton Temer, Márcio Fortes e Paulo Bauer - Vice-Presidentes, Aldo Rebelo, Augusto Carvalho, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, Lindberg Farias, Pauderney Avelino, Valdemar Costa Neto e os Membros Suplentes Deputados Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro, Humberto Costa e João Magalhães. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Titulares Affonso Camargo, Álvaro Gaudêncio Neto, Fernando Lopes, Jairo Azi, João Leão, Luiz Fernando, Márcio Reinaldo Moreira, Mário de Oliveira, Moacyr Andrade, Pedro Corrêa, Rommel Feijó e Sandro Mabel.

ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e dispensou a leitura da Ata da Reunião de Instalação, realizada no dia 18 de março do corrente ano, por ter sido previamente distribuída cópia da mesma aos senhores

Parlamentares. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata. **EXPEDIENTE:** Antes de passar à ordem do dia, o senhor Presidente informou que estava sendo distribuída, no momento, aos senhores Parlamentares cópia da Nota Técnica nº 3/98, da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, que trata do saldo ocioso dos recursos arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, no exercício de 1997. Comunicou, ainda, que a apresentação de proposições, na secretaria desta comissão, deverá ser feita até a segunda-feira, para ser incluída na pauta a ser distribuída vinte e quatro horas antes da realização da reunião, bem como poderá ocorrer inclusão de matéria extra-pauta, desde que apresentada mediante requerimento com a assinatura de um terço dos membros desta Comissão e aprovada pelo plenário. Concedida a palavra ao Deputado Confúcio Moura, que solicitou fosse providenciada a recriação da Subcomissão Especial criada pelo Ato nº 02/97, com a indicação de novos Membros, avisando, ainda, que o relatório da referida Subcomissão já se encontrava em fase final. O senhor Presidente participou que estava mantendo contato com parlamentares para definir a nova composição da Subcomissão citada, bem como da Subcomissão Especial criada pelo Ato nº 01/97. O Deputado Pauderney Avelino sugeriu fosse indicado um Deputado para a relatar os trabalhos da Subcomissão Especial criada pelo Ato nº 01/97, pois todas as investigações já haviam sido realizadas e todas as informações, apuradas, restando, apenas, a elaboração do relatório. O Deputado João Magalhães reiterou a sugestão, afirmando que a referida Subcomissão havia funcionado por seis meses e ele próprio tinha apurado as denúncias. O Presidente informou que voltaria a discutir o assunto em outra reunião. Em seguida, propôs a indicação de Hélio da Silva Madalena e Manoel Rito Vieira Carvalho Pereira, para os cargos de Assessor Técnico de Comissão, CNE-9 e Assessor Técnico Adjunto - CNE-12, respectivamente. Os Deputados Confúcio Moura e Ayrton Xerez manifestaram-se favoráveis. Não havendo mais discussão, foram colocadas em votação, sendo aprovadas por unanimidade as indicações. **ORDEM DO DIA:** Antes de passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Márcio Fortes, o Presidente informou que, segundo a Secretaria desta Comissão, a Proposta de Fiscalização e Controle nº 18/95 era a primeira, nesta Comissão, desde a sua criação, a ter relatório-final. **1) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 18/95 - do Deputado Jarbas**

Lima, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção extraordinária nas contas do Fundo Social de Emergência." Relator: Paulo Bernardo. Relatório-final: pelo arquivamento. Com a palavra o relator, que procedeu à leitura do relatório-final. Aberta a discussão, os Deputados Confúcio Moura e Ayrton Xerez manifestaram-se favoráveis à aprovação do relatório-final. Não havendo mais discussão, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade o relatório-final. Neste momento, o Presidente reassumiu a Presidência, retirando os itens 2 e 3 da pauta, participando aos presentes que procuraria adiar a discussão das matérias, quando os autores ou relatores não estivessem presentes. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Milton Temer, pois o próximo item da pauta era de co-autoria do Presidente. **2) REQUERIMENTO Nº 299/98** - dos Deputados Paulo Bernardo e Humberto Costa, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeção extraordinária concomitante nas liberações de recursos da União para estados e municípios que venham a ocorrer no período de três meses anteriores às eleições, e em caso de realização de segundo turno, durante o período de campanha a ele destinado. O Deputado Paulo Bernardo defendeu que a fiscalização na liberação de recursos da União para estados e municípios era necessária no período pré-eleitoral, pois as denúncias sobre o uso e abuso da máquina pública eram freqüentes. Aberta a discussão, o Deputado Confúcio Moura declarou que tinha dúvidas quanto à aprovação deste requerimento, pois o controle externo, por meio do Tribunal de Contas da União, se iniciava a partir de denúncias e não antes delas. O Deputado Ayrton Xerez afirmou que a própria lei eleitoral previa a fiscalização do Tribunal de Contas da União, no período pré-eleitoral, concluindo que seria desnecessária a aprovação deste requerimento. O senhor Presidente informou que os autores, no presente requerimento, citaram a lei eleitoral e consideraram-na insuficiente para a fiscalização necessária. Em seguida, o Deputado Humberto Costa registrou que um dos motivos que originou este requerimento foi a reeleição. Os Deputados Ayrton Xerez e Lindberg Farias solicitaram vista da matéria, sendo concedida vista conjunta pelo Presidente. Neste momento, o senhor Presidente reassumiu a Presidência dos trabalhos. **3) REQUERIMENTO Nº 300/98** - do Deputado Confúcio Moura, que solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle sejam

requeridos ao IBAMA cópia e parecer referentes à auditoria realizada no Escritório Regional de Ariquemes-RO, relativamente ao ano de 1997, bem como esclarecimentos a respeito das providências adotadas. Com a palavra o autor, que esclareceu que se tratava apenas de uma solicitação de cópia de documentos para sua avaliação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. O senhor Presidente retirou o último item da pauta, pois o autor não estava presente e informou, ainda, que a Secretaria da Comissão estava preparando uma "homepage", com a finalidade de divulgar os trabalhos da mesma, colocando-se à disposição dos parlamentares para sugestões. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, eu, Marcos Figueira de Almeida - Secretário, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 1998

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia primeiro de abril de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os Membros Titulares Deputados Milton Temer, Márcio Fortes e Paulo Bauer - Vice-Presidentes, Affonso Camargo, Aldo Rebelo, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, João Leão, Lindberg Farias, Márcio Reinaldo Moreira, Moacyr Andrade, Pauderney Avelino, Pedro Corrêa, Valdemar Costa Neto e os Membros Suplentes Deputados Alexandre Santos, Fernando Ferro, Humberto Costa, Pedro Yves, Sarney Filho e Ursicino Queiroz. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Titulares Álvaro Gaudêncio Neto, Augusto Carvalho, Fernando Lopes, Jairo Azi, João Magalhães, Luiz Fernando, Mário de Oliveira e Rommel Feijó. Assinaram o Livro de Presença como não-membros os Deputados Mário Negromonte - PSDB/BA, Roberto Valadão - PMDB/ES e Vânio dos Santos - PT/SC. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e dispensou a leitura da Ata da 2ª Reunião Ordinária,

realizada no dia 25 de março do corrente ano, por ter sido previamente distribuída cópia da mesma aos senhores Parlamentares. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata. **EXPEDIENTE:** Antes de passar à ordem do dia, o senhor Presidente informou que estava sendo elaborada a página da Comissão na Internet e seria marcada reunião de trabalho para apresentação da mesma. **ORDEM DO DIA:** O senhor Presidente retirou os itens 1, 2 e 3 da pauta. Neste momento, assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Milton Temer. **1) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 22/95** - do Deputado Augusto Carvalho, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria especial nas execuções orçamentária e financeira do Fundo Social de Emergência, durante o exercício de 1995. Relator: Deputado Paulo Bernardo. Relatório-final: pela aprovação. Concedida a palavra ao relator, que procedeu à leitura do relatório-final. Discutiram a matéria os Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Pauderney Avelino. Em seguida, os Deputados Paulo Bauer e Humberto Costa solicitaram vista da matéria, sendo concedida pelo senhor Presidente. **2) REQUERIMENTO Nº 299/98** - dos Deputados Paulo Bernardo e Humberto Costa, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção extraordinária concomitante nas liberações de recursos da União para estados e municípios que venham a ocorrer no período de três meses anteriores às eleições e, em caso de realização de segundo turno, durante o período de campanha a ele destinado. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Ayrton Xerez e Lindberg Farias, em 25 de março de 1998. Reaberta a discussão, participaram os Deputados Pauderney Avelino, Milton Temer, Lindberg Farias, Humberto Costa, Roberto Valadão, Confúcio Moura, Fernando Ferro e Aldo Rebelo. Durante a discussão, ajudou na Presidência dos trabalhos o Deputado Paulo Bauer, reassumindo, ao final, o Deputado Milton Temer. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. Logo após, o Deputado Paulo Bernardo reassumiu a Presidência dos trabalhos. **3) REQUERIMENTO Nº 301/98** - do Deputado Vânio dos Santos, que solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle seja convocado o Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, a fim de prestar esclarecimentos sobre a liberação de recursos orçamentários. O autor usou da palavra para fazer breve exposição da matéria. O Deputado Pauderney

Avelino propôs que, em vez de convocação do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, fosse convidado o Presidente da Caixa Econômica Federal. Participaram da discussão os Deputados Milton Temer, Sarney Filho e Vânio dos Santos. Em votação - na forma de convite ao Presidente da Caixa Econômica Federal, em vez de convocação do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento - foi aprovado por unanimidade o requerimento com a alteração proposta pelo Deputado Pauderney Avelino. **4) REQUERIMENTO Nº 302/98** - dos Deputados João Fassarella e Ademir Lucas, que solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle apurar irregularidades relatadas pelo Jornal "Estado de Minas", edições dos dias 20 e 21 de março do corrente, no âmbito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e algumas prefeituras do Estado de Minas Gerais. Concedida a palavra ao autor, que fez breve exposição da proposição. Discutiu a matéria o Deputado Pauderney Avelino. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. Em seguida, o senhor Presidente retirou o item 8 da pauta. **5) REQUERIMENTO Nº 304/98** - do Deputado Milton Temer, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social a respeito de processo de seleção a cargos na Superintendência do INSS no Estado do Rio de Janeiro. Concedida a palavra ao autor, que fez breve exposição da matéria. Não houve discussão. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. **6) REQUERIMENTO Nº 305/98** - do Deputado Humberto Costa, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de repasses da CPMF para gastos com programas de saúde. Concedida a palavra ao autor, que fez breve exposição da matéria. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. O Deputado Humberto Costa apresentou requerimento de inclusão de matéria extrapauta, sendo colocada em votação pelo senhor Presidente, foi aprovada a inclusão. **7) REQUERIMENTO Nº 309/98** - do Deputado Humberto Costa, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar a realização de audiência pública para discutir a situação das privatizações de empresas estaduais em Pernambuco. Concedida a palavra ao autor, que fez breve exposição da matéria. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às doze horas e

vinte minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, antes convocando reunião de trabalho para apresentação da página da Comissão na Internet para o dia 8 de abril, às 10 horas, e reunião ordinária para o dia 15 de abril, às 10 horas. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito, posteriormente, para compor esta Ata. E, para constar, eu, Marcos Figueira de Almeida - Secretário, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA QUARTA REUNIÃO (DE TRABALHO) REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1998

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia oito de abril de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os Membros Titulares Deputados Ayrton Xerez, Confúcio Moura, Márcio Reinaldo Moreira, Valdemar Costa Neto e o Membro Suplente Deputado Humberto Costa. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Titulares Affonso Camargo, Aldo Rebelo, Álvaro Gaudêncio Neto, Augusto Carvalho, Candinho Mattos, Fernando Lopes, Jairo Azi, João Leão, João Magalhães, Lindberg Farias, Luiz Fernando, Márcio Fortes, Mário de Oliveira, Milton Temer, Moacyr Andrade, Pauderney Avelino, Paulo Bauer, Pedro Corrêa e Rommel Feijó. Assinaram o Livro de Presença como não-membros os Deputados Colbert Martins - PPS/BA, Osório Adriano - PFL/DF e Wagner do Nascimento - PPB/MG. **ABERTURA:** O senhor Presidente declarou aberta a reunião de trabalho com a finalidade de apresentar a página da Comissão na rede Internet, convidando o Excelentíssimo Senhor Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, representante do Tribunal de Contas da União, a tomar assento à bancada e agradeceu a presença dos senhores Néelson Mariquito, representante da Fundação Economiários Federais - FUNCEF, Analice Fernandes Rocha, representante da Federação Nacional dos Fiscais da Previdência Social - FENAFISP, e Floriano Martins de Sá Neto, representante da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciários - ANFIP. Em seguida, o senhor Presidente participou aos presentes que a criação da página da Comissão teve

como intenção disponibilizar o acesso às informações relativas à execução orçamentária do Governo Federal, bem como as atividades deste órgão técnico. Informou, ainda, que a referida página foi elaborada pela Comissão e teve a ajuda do Senado Federal, por meio do programa "Interlegis". Continuando, o senhor Presidente demonstrou o uso do programa, apresentou e explicou as informações constantes na página. Após o final da apresentação, solicitaram a palavra o Ministro Lincoln Magalhães da Rocha e o Deputado Cobert Martins, que enalteceram a iniciativa do Presidente da Comissão e a importância da página para as ações de fiscalização e controle dos gastos públicos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às dez horas e quarenta e seis minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, comunicando que estava marcada reunião ordinária para o dia 15 de abril, às 10 horas. E, para constar, eu, Marcos Figueira de Almeida - Secretário, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA QUINTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 1998

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia seis de maio de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os Membros Titulares Deputados Milton Temer, Márcio Fortes, Paulo Bauer - Vice-Presidentes, Affonso Camargo, Aldo Rebelo, Álvaro Gaudêncio Neto, Augusto Carvalho, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, Fernando Lopes, Jairo Azi, João Leão, João Magalhães, Lindberg Farias, Márcio Reinaldo Moreira, Pauderney Avelino, Pedro Corrêa, Rommel Feijó e Valdemar Costa Neto; e os Membros Suplentes Deputados Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro, Humberto Costa, Moreira Franco, Odacir Klein, Paulo Cordeiro e Ursicino Queiroz. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Titulares Luiz Fernando, Mário de Oliveira e Moacyr Andrade. Assinaram o Livro de Presença como não-membros os Deputados Alexandre Cardoso (PSB/RJ) e José Pimentel (PT/CE). **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e

dispensou a leitura das Atas das 3ª e 4ª Reuniões Ordinária e de Trabalho, respectivamente, realizadas nos dias 1º e 8 de abril do corrente ano, por haver sido previamente distribuídas cópias das mesmas aos senhores Parlamentares. Não houve discussão. Em votação, foram aprovadas por unanimidade as Atas.

EXPEDIENTE: Antes de passar à ordem do dia, o Presidente comunicou que a reunião de audiência pública, prevista para hoje, às dez horas, com a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal, senhor Sérgio Cutolo dos Santos, não foi realizada tendo em vista comunicação da referida autoridade cancelando o evento por motivo de saúde. **ORDEM DO DIA:** O senhor Presidente informou que havia requerimento do Deputado Márcio Fortes propondo a realização da referida audiência pública no dia vinte e sete próximo. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. Concedida a palavra ao Deputado

José Pimentel, que solicitou inversão de pauta para que o item 18 passasse a ser o primeiro item da pauta. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a inversão de pauta. **1) REQUERIMENTO Nº 319/98** - do Deputado

José Pimentel, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convidar o Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, e o Presidente do Banco do Brasil S.A., Paulo César Ximenes, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o processo de privatização das subsidiárias do Banco do Brasil: BB-DTVM e BB-Securities. Concedida a palavra ao autor, que afirmou que as subsidiárias citadas são as mais importantes e lucrativas do conglomerado do Banco do Brasil e, como existe legislação prevendo que o Banco do Brasil estava excluído do processo de desestatização, tornava-se fundamental discutir com o Presidente do Banco do Brasil e o Ministro da Fazenda o processo de privatização dessas empresas. Discutiram, ainda, a matéria os Deputados Pauderney Avelino e Paulo Bauer. Por fim, o Presidente adiou a discussão de matéria a pedido do autor. **2)**

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 33/95 - do Deputado Arlindo Chinaglia, que "Solicita ao Tribunal de Contas da União que realize auditoria junto ao Banco Central do Brasil para apurar as denúncias de utilização irregular das chamadas contas CC-5." Relator: Deputado Pedro Corrêa. Relatório-prévio: pela rejeição. Foi concedida vista ao Deputado Bonifácio de Andrada em 22 de maio de 1996. A pedido do Presidente, o Deputado Márcio Fortes procedeu à leitura do relatório-prévio. Em seguida, o autor declarou que estava ciente da existência de

investigações por parte da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República e não considerava que haveria prejuízo se, também, o Tribunal de Contas da União apurasse os fatos por meio de uma auditoria junto ao Banco Central do Brasil. Aberta a discussão, o Deputado Pauderney Avelino informou que estava passando à Presidência o resultado de uma auditoria realizada em 1996 pelo Tribunal de Contas da União, solicitada pelo Banco Central do Brasil, que apurou as referidas denúncias. O Deputado Arlindo Chinaglia solicitou a retirada de pauta da proposição para poder analisar o documento citado, tendo em vista ser justamente o objeto de sua solicitação. O Presidente retirou a matéria de pauta. **3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 73/97** - do Deputado Cunha Bueno, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União fiscalização especial junto ao Banco Central do Brasil, relativamente às apurações de fraudes cambiais em processos de importação inexistentes e das responsabilidades dos que as praticaram. Relator: Deputado Fernando Lopes. Relatório-prévio: pela implementação. Concedida a palavra ao relator que considerou relevante e pertinente a matéria, tendo em vista o volume de recursos envolvidos e as explicações evasivas dadas ao Deputado Cunha Bueno pelo Banco Central do Brasil e, ao final, declarou-se favorável à implementação, propondo uma auditoria naquela Instituição. Discutiu, ainda, a matéria o Deputado Pauderney Avelino que declarou-se favorável à aprovação do relatório-prévio. Em votação, foi aprovado por unanimidade o relatório-prévio. Em seguida, o Presidente retirou o item 3 da pauta e passou a Presidência dos trabalhos ao Deputado Márcio Fortes, tendo em vista ser relator da próxima matéria. **4) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 22/95** - do Deputado Augusto Carvalho, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria especial nas execuções orçamentária e financeira do Fundo Social de Emergência, durante o exercício de 1995." Relator: Deputado Paulo Bernardo. Relatório-final: pela aprovação. Foi concedida vista conjunta aos Deputados Paulo Bauer e Humberto Costa em 1º de abril de 1998. Reaberta a discussão, o relator usou da palavra para lembrar que o relatório-final concluía pelo encaminhamento da matéria ao Ministério Público Federal para apurar as responsabilidades individuais de autoridades. Concedida a palavra ao Deputado Paulo Bauer, autor de pedido de vista, que apresentou manifestação

escrita contrária às conclusões do relator, votando pela prejudicialidade da matéria. Após intervenção do Deputado Paulo Bernardo, o Deputado Paulo Bauer modificou seu voto no sentido de solicitar o arquivamento da proposição. Discutiram, ainda, a matéria os Deputados Ayrton Xerez e Pauderney Avelino. Encerrada a discussão, o Presidente colocou em votação o relatório-final, informando que se a Comissão rejeitar este relatório estaria concordando com o arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle. Neste momento, o Deputado Alexandre Cardoso, Líder do PSB, questionou o encaminhamento da votação, afirmando que a rejeição do relatório não implicaria na aprovação da proposta de arquivamento. O Presidente respondeu que a Mesa entenderia que rejeitado o voto do relator, equivalia-se à aprovação do voto proferido pelo Deputado Paulo Bauer. O Deputado Alexandre Cardoso comunicou ao Presidente que recorreria de sua decisão à Comissão de Constituição e Justiça, acrescentando que o novo relatório elaborado pelo novo relator poderia concluir pelo arquivamento da matéria e depois colocado em votação nesta Comissão. Em votação, foi rejeitado o relatório-final do relator, contra os votos dos Deputados Augusto Carvalho, Aldo Rebelo, Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro, Humberto Costa, Márcio Reinaldo Moreira e Paulo Bernardo. Aprovado relatório-final do Deputado Paulo Bauer, designado relator do vencedor, pelo arquivamento da proposição. O relatório-final do primitivo relator passou a constituir voto em separado. O Deputado Paulo Bernardo informou que recorreria da decisão da Presidência. O Presidente reassumiu a Presidência e declarou-se impedido para conduzir os trabalhos, pois era relator, também, da próxima matéria; reassumindo o Deputado Márcio Fortes.

5) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 63/97 - do Deputado Alexandre Cardoso, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle exerça, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, inspeção extraordinária no Hospital Central do Exército." Relator: Deputado Paulo Bernardo. Relatório-prévio: pela implementação. Concedida a palavra ao autor que aditou informações no sentido de que os mesmos atos praticados em 1995 e 1996 continuaram sendo praticados em 1997, de acordo com relatórios fornecidos pelo SIAFI. Logo após, o relator procedeu à leitura do relatório-prévio. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o relatório-prévio. Neste momento, o Deputado Paulo Bernardo reassumiu a Presidência dos trabalhos.

6) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E

CONTROLE Nº 87/97 - do Deputado Aldo Rebelo, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União auditoria especial no SESI/SP." Relator: Deputado Arlindo Chinaglia. Relatório-prévio: pela aprovação. Concedida a palavra ao relator que procedeu à leitura do relatório-prévio. Discutiram a matéria os Deputados Paulo Bauer e Aldo Rebelo. O Deputado João Magalhães solicitou vista da proposição, sendo concedida pelo Presidente. Continuando, o Presidente retirou o item 7 da pauta. **7)**

REQUERIMENTO Nº 308/98 - do Deputado Confúcio Moura, que solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encaminhar ao Ministro de Minas e Energia pedido de informação sobre os procedimentos administrativos já adotados para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. O autor esclareceu que não tem havido divulgação da obra, sendo esta fundamental como meio alternativo para suprir a falta de fornecimento de energia elétrica à população da Amazônia e o requerimento de informação era justamente para saber o andamento do processo. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. A seguir, o Presidente retirou os itens 9 e 10 da pauta e passou a Presidência dos trabalhos ao Deputado Márcio Fortes, tendo em vista ser autor do próximo item. **8)**

REQUERIMENTO Nº 312/98 - do Deputado Paulo Bernardo, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro da Fazenda sobre operações do Banco Noroeste S.A.. O autor usou da palavra para explicar que as informações requeridas eram sobre transações em moeda estrangeira realizadas pela área internacional do conglomerado Noroeste. Aberta a discussão, o Deputado Pauderney Avelino manifestou-se favorável à aprovação da matéria. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. **9)-**

REQUERIMENTO Nº 313/98 - dos Deputados Aldo Rebelo e Paulo Bernardo, que solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizar audiência pública para discutir denúncias de irregularidades na aplicação de recursos do SESI/SP. O Deputado Aldo Rebelo, como co-autor, relatou que havia denúncias de que o SESI/SP estaria realizando contratos administrativos sem processo licitatório e recursos financeiros sendo aplicados com fins eleitorais favorecendo o senhor Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Diretor Regional do SESI/SP e Presidente da FIESP. Discutiu a matéria o Deputado Paulo Bauer, ficando acordado que o Deputado Aldo Rebelo retiraria a Proposta de Fiscalização e Controle nº 87/97, de

sua autoria, para ser aprovado o requerimento em pauta, até que fossem esclarecidos os fatos. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento.

10) REQUERIMENTO Nº 314/98 - do Deputado José Genoíno, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convocar o Ministro da Fazenda para prestar informações e esclarecimentos sobre a recente divulgação de "erro" no cálculo das contas da União relativas ao ano de 1997, que resultou num acréscimo de cerca de R\$ 2 bilhões no déficit público. Concedida a palavra ao autor que defendeu que a convocação do Ministro, mais do que necessária, era urgente, pois um "erro" de dois bilhões de reais era mais do que significativo, e as explicações só estariam sendo dadas por meio da imprensa, havendo a necessidade de esclarecimentos oficiais. Aberta a discussão, os Deputados Pauderney Avelino, Paulo Bauer e Jairo Azi sugeriram a modificação da proposição para requerimento de informação em vez de convocação do Ministro. Os Deputados Fernando Ferro e Aldo Rebelo manifestaram-se favoráveis à aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento foi rejeitado. Neste momento, o Deputado Arlindo Chinaglia solicitou vista da proposição. O Deputado Pauderney Avelino levantou a questão de ordem no sentido de que o Deputado Arlindo Chinaglia não poderia fazer tal solicitação, tendo em vista já haver sido iniciado o processo de votação. O Presidente acatou a questão de ordem, negando o pedido de vista. A seguir, o Deputado Aldo Rebelo solicitou pedido de verificação de votação. Em votação nominal, votaram contra os Deputados Álvaro Gaudêncio Neto, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, Jairo Azi, João Magalhães, João Leão, Márcio Fortes, Pauderney Avelino, Paulo Bauer, Pedro Corrêa e Rommel Feijó; e a favor, o Deputado Aldo Rebelo, sendo rejeitado o requerimento. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às treze horas e vinte minutos, o Presidente encerrou os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para o dia 13 de maio, às 10 horas. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito, posteriormente, para compor esta Ata. E, para constar, eu, Marcos Figueira de Almeida - Secretário, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA SEXTA REUNIÃO (ORDINÁRIA)

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1998

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Milton Temer - 1º Vice-Presidente, estando presentes os Membros Titulares Deputados Paulo Bauer - 3º Vice-Presidente, Affonso Camargo, Aldo Rebelo, Álvaro Gaudêncio Neto, Augusto Carvalho, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, Fernando Lopes, Márcio Reinaldo Moreira, Pauderney Avelino, Rommel Feijó e Valdemar Costa Neto; e os Membros Suplentes Deputados Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Carlos Airton, Fernando Ferro, Humberto Costa, Lima Netto, Odacir Klein, Paulo Cordeiro e Paulo Lustosa. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Titulares Jairo Azi, João Leão, João Magalhães, Lindberg Farias, Luiz Fernando, Márcio Fortes, Mário de Oliveira, Moacyr Andrade e Pedro Corrêa. O Deputado Paulo Bernardo justificou sua ausência, por meio do Ofício GPO/MA/390/98, comunicando haver sido designado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, para participar de visita oficial à Estação Antártida "Comandante Ferraz". **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e dispensou a leitura da Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de maio do corrente ano, por haver sido previamente distribuída cópia da mesma aos senhores Parlamentares. Não houve discussão. Em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata. Concedida a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, o mesmo questionou sobre o requerimento de indicação de sua iniciativa, apresentado em reunião anterior que não constava na ata aprovada. O senhor Presidente esclareceu que foi feito termo de reunião em vez de ata da reunião a que ele se referia. **ORDEM DO DIA: 1) REQUERIMENTO Nº 319/98** - do Deputado José Pimentel, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convidar o Ministro da Fazenda, senhor Pedro Sampaio Malan, e o Presidente do Banco do Brasil S.A., senhor Paulo César Ximenes, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o processo de privatização das subsidiárias do Banco do Brasil: BB-DTVM e BB-Securities. O senhor Presidente retirou o requerimento de pauta tendo em vista a ausência do autor. **2) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 33/95** - do Deputado Arlindo Chinaglia, que "Solicita ao Tribunal de Contas da União que realize

auditoria junto ao Banco Central do Brasil para apurar as denúncias de utilização irregular das chamadas contas CC-5." Relator: Deputado Pedro Corrêa. Relatório-prévio: pela rejeição. Foi concedida vista ao Deputado Bonifácio de Andrada em 22 de maio de 1996. O Deputado Pauderney Avelino usou da palavra para informar que aguardava-se o posicionamento do autor em relação à auditoria já realizada no Banco Central do Brasil pelo Tribunal de Contas da União. O senhor Presidente retirou a proposição de pauta, tendo em vista a ausência do autor. **3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 28/97** - do Deputado Jaime Martins, que "Solicita que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize auditoria no SEBRAE, com vistas à apreciação da legalidade de seus contratos e convênios, da eventual existência de contratos entre aquela empresa e servidores públicos ou empregados de empresas estatais, bem como ao conhecimento de suas despesas com publicidade, propaganda e "lobbies"." Relator: Deputado Lima Netto. Relatório-prévio: pela rejeição. O Deputado Pauderney Avelino solicitou fosse retirada da pauta a proposição tendo em vista a ausência do autor, sendo concedida pelo senhor Presidente. **4) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 87/97** - do Deputado Aldo Rebelo, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União auditoria especial no SESI/SP." Relator: Deputado Arlindo Chinaglia. Relatório-prévio: pela aprovação. Foi concedida vista ao Deputado João Magalhães, em 6 de maio de 1998. Reaberta a discussão, o Deputado Paulo Bauer solicitou fosse cumprido o acordo feito em reunião passada no sentido de que aprovado o Requerimento nº 313/98, o Deputado Aldo Rebelo solicitaria a retirada de pauta da Proposição em questão, só retornando esta à pauta após realizada a audiência pública a que se refere o requerimento. O Deputado Aldo Rebelo solicitou a retirada de pauta da proposição, sendo concedida pelo senhor Presidente. **5) REQUERIMENTO Nº 328/98** - do Deputado Aldo Rebelo, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encaminhar Indicação ao Presidente da República, relativa à dispensa de tarifas dos Correios para remessa de socorro às vítimas da seca. Concedida a palavra ao autor que esclareceu que todas as medidas possíveis para atender ao requerimento já haviam sido tomadas por outros meios, tendo em vista a urgência da situação e, deste modo, solicitou a retirada da proposição, sendo concedida pelo

senhor Presidente. **6) REQUERIMENTO Nº 325/98** - dos Deputados Humberto Costa e Fernando Ferro, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convocar o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a fim de prestar esclarecimentos sobre ações de prevenção e combate à seca tomadas por aquele ministério. Concedida a palavra ao Deputado Humberto Costa, co-autor do requerimento, que defendeu a importância do requerimento tendo em vista a grave situação em que se encontra o povo nordestino, ressaltou, ainda, que gostaria de conhecer quais os projetos e respectivos planos de execução para combater a seca. Os Deputados Pauderney Avelino, Ayrton Xerez e Paulo Bauer manifestaram-se favoráveis ao requerimento, porém sugeriram a apreciação do mesmo numa data posterior, pois o Ministro Gustavo Krause se encontrava em viagem aos estados atingidos pela seca, com o intuito de acompanhar a situação e tomar as providências cabíveis. Os Deputados Milton Temer e Aldo Rebelo manifestaram-se favoráveis ao requerimento e à apreciação do mesmo na presente reunião. O Deputado Candinho Mattos auxiliou na Presidência dos trabalhos durante o pronunciamento do Deputado Milton Temer. O Deputado Humberto Costa propôs aprovar o requerimento na presente reunião e marcar uma data posterior à volta do Ministro. O Deputado Álvaro Gaudêncio Neto propôs fosse convidado o titular da Secretaria Especial de Políticas Regionais em vez de convocar o senhor Ministro Gustavo Krause. O Deputado Pauderney Avelino apresentou nova sugestão no sentido de que fosse encaminhada à Mesa da Câmara dos Deputados Indicação, de autoria desta Comissão, sugerindo a convocação do referido Ministro para, em Comissão Geral, prestar esclarecimentos sobre ações de prevenção e combate à seca tomadas por aquele ministério. Os Deputados Humberto Costa e Fernando Ferro, autores da proposição, concordaram com a essa proposta. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento, na forma proposta pelo Deputado Pauderney Avelino. **7) REQUERIMENTO Nº 326/98** - do Deputado Humberto Costa, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar à Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados estudo sobre a execução do crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000.000,00, aprovado para reforçar a dotação orçamentária com as ações de defesa civil, no combate aos efeitos do fenômeno meteorológico conhecido como "El Niño". Não houve discussão. Em votação, foi

aprovado por unanimidade o requerimento. Logo após, o senhor Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos. **ENCERRAMENTO:** Reabertos os trabalhos, o senhor Presidente informou que a Ordem do Dia da sessão da Câmara dos Deputados havia se iniciado e encerrou os trabalhos às doze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Gregório Victor de Caldas Rodrigues - Secretário-Substituto, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Milton Temer e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (CONJUNTA) REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1998

Às dezessete horas e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle conjuntamente com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com a finalidade de recepcionar a Delegação da Comissão de Orçamento, Finanças, Bancos e Tributação da Duma da Rússia, em visita à Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna - Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Estiveram presentes, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle os membros titulares Deputados Paulo Bernardo - Presidente e João Leão, e o membro suplente Deputado Arlindo Chinaglia. **ABERTURA:** O senhor Presidente declarou aberta a reunião conjunta e apresentou os membros da Delegação da Duma da Rússia: Deputado Alexandr D. Jukov - Presidente Interino da Comissão de Orçamento, Tributação, Bancos e Finanças, Deputado Vitali B. Chuba - Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Tributação, Bancos e Finanças, Deputado Nikitin Vladimir P. - Presidente da Subcomissão de Regulação Cambial e Aduaneira, da Dívida Externa, de Metais e Pedras Preciosas, Deputado Vyatcheslav K. Sokolov - Titular da Comissão de Orçamento, Tributação, Bancos e Finanças, Dra. Marina V. Parfenenko - assistente do Deputado Alexandr D. Jukov, Dra. Raísa B. Lamm - Conselheira da Secretaria da Comissão de Orçamento, Tributação, Bancos e Finanças e o Dr. Alexei D. Lissenkov - Adido da Embaixada da Rússia no Brasil, intérprete. Em seguida, assumiu a Presidência dos trabalhos o

Deputado Paulo Bernardo, que cumprimentou a delegação russa, agradeceu a presença dos Deputados e Senadores e apresentou os palestrantes: Dr. Eugênio Greggianin, Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Dr. José Rui Gonçalves, Diretor da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal e Dr. Homero de Souza Júnior, Consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Concedida a palavra ao Dr. Eugênio Greggianin, que fez breve explanação sobre o processo orçamentário no Congresso Nacional. Logo após, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Dr. José Rui Gonçalves, que explicou a proposta orçamentária do Poder Executivo para o ano de 1998. A seguir, o Dr. Homero Júnior discorreu sobre o processo de fiscalização pelo Congresso Nacional da execução orçamentária. Finalizadas as palestras, a Delegação Russa formulou questões sobre o assunto, sendo respondidas pelo senhor Presidente. Antes do encerramento, o senhor Presidente agradeceu aos palestrantes, aos convidados e aos parlamentares presentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas e trinta e quatro minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito, posteriormente, para compor esta Ata. E, para constar, eu, Gregório Victor de Caldas Rodrigues, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA OITAVA REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1998

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de maio de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, em audiência pública, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os membros titulares Deputados Milton Temer - 1º Vice-Presidente, Paulo Bauer - 3º Vice-Presidente, Affonso Camargo, Aldo Rebelo, Augusto Carvalho, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, João Magalhães, Lindberg Farias, Márcio Reinaldo Moreira, Pauderney Avelino, Pedro Corrêa e Valdemar Costa Neto, e os membros suplentes Deputados Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro, Humberto Costa, Odacir Klein e Paulo

Cordeiro. **ABERTURA:** O senhor Presidente declarou aberta a reunião de audiência pública destinada a debater a política de liberação de recursos orçamentários na época da votação da reforma previdenciária e convidou o Presidente da Caixa Econômica Federal, senhor Sérgio Cutolo dos Santos, para tomar assento à Mesa. Em seguida, o senhor Presidente comunicou ao convidado sobre o prazo de exposição que tinha direito e aos parlamentares, sobre o prazo para interpelações. Continuando, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Sérgio Cutolo dos Santos, que fez explanação sobre a legislação que regulamenta a liberação de recursos orçamentários pela Caixa Econômica Federal, explicando, ainda, o processo, etapas e prazos para liberar tais recursos. Findada a exposição, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Vânio dos Santos, autor do requerimento, que justificou sua iniciativa devido às várias denúncias veiculadas pela imprensa no sentido que teria havido liberação irregular de recursos orçamentários para incentivar parlamentares a votarem a favor da reforma da Previdência. Participaram da discussão os Deputados Pauderney Avelino, Milton Temer, Humberto Costa, Paulo Cordeiro, Ayrton Xerez, Nedson Micheletti, Mendes Ribeiro, Edinho Bez e Augusto Carvalho. O Deputado Paulo Bauer, 3º Vice-Presidente, ajudou na Presidência dos trabalhos. Antes do encerramento, o senhor Presidente agradeceu ao convidado e aos parlamentares presentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinqüenta e um minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito, posteriormente, para compor esta Ata. E, para constar, eu, Gregório Victor de Caldas Rodrigues, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA NONA REUNIÃO (ORDINÁRIA)

REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1998

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia três de junho de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os membros titulares Deputados Milton Temer - 1º Vice-Presidente,

Márcio Fortes - 2º Vice-Presidente, Aldo Rebelo, Álvaro Gaudêncio Neto, Augusto Carvalho, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, João Magalhães, Lindberg Farias, Márcio Reinaldo Moreira, Pauderney Avelino, Rommel Feijó e Valdemar Costa Neto, e os membros suplentes Deputados Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro, Humberto Costa, Paulo Cordeiro, Paulo Lustosa e Ursicino Queiroz. Compareceu como não-membro o Deputado Chico Vigilante - PT/DF. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e dispensou a leitura das Atas das 6ª Reunião (Ordinária), 7ª Reunião (Conjunta) e 8ª Reunião (Audiência Pública) realizadas, respectivamente, nos dias 20, 26 e 27 de maio do corrente ano, por haver sido previamente distribuídas cópias das mesmas aos senhores Parlamentares. Não houve discussão. Em votação, foram aprovadas por unanimidade as Atas. **EXPEDIENTE:** O senhor Presidente informou que foi distribuída relação dos expedientes e documentos recebidos por esta comissão - incluindo a redistribuição nº 03/98, realizada em 28/05/98 e a comunicação nº 01/98, realizada em 28/05/98 - e que todos estavam à disposição dos senhores membros na secretaria da comissão. Comunicou, ainda, que o prazo de recebimento de proposições para inclusão das mesmas na pauta da semana era até às 18 horas da segunda-feira anterior à reunião ordinária. **ORDEM DO DIA:** O senhor Presidente participou ao plenário que a presente pauta foi elaborada por acordo de lideranças, no sentido de se votar primeiramente os itens menos polêmicos. **1) REQUERIMENTO Nº 303/98** - do Sr. Inácio Arruda, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle encaminhar ao Tribunal de Contas da União pedido de realização de auditoria sobre os procedimentos licitatórios para a execução do Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza (Metrofor). O senhor Presidente retirou a proposição de pauta, tendo em vista a ausência do autor. Nesse momento, o Deputado Márcio Fortes assumiu a Presidência dos trabalhos, tendo em vista o Presidente ser autor do próximo item da pauta. **2) REQUERIMENTO Nº 315/98** - do Sr. Paulo Bernardo, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar ao Presidente da Comissão Mistas de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tão logo esteja constituída, a remessa do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 1999, quando de sua chegada ao Congresso Nacional, a fim de que se possa emitir parecer circunstanciado sobre o mesmo. O autor procedeu à leitura do

requerimento, acrescentando que esta Comissão tem poder para fazer a referida solicitação devido às normas regimentais do Congresso Nacional. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. O Deputado Paulo Bernardo reassumiu a Presidência dos trabalhos. **3) REQUERIMENTO Nº 317/98** - do Sr. Márcio Fortes, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro da Justiça sobre Acordo de Cooperação para a Modernização e Reparelhamento do Departamento de Polícia Federal. O autor procedeu à leitura do requerimento. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade a proposição. O senhor Presidente retirou de pauta os itens 4, 5, 6, 7 e 8, tendo em vista a ausência dos autores. Logo após, o senhor Presidente anunciou a chegada do Deputado Fernando Ferro e incluiu novamente na pauta os itens 5 e 6. **4) REQUERIMENTO Nº 322/98** - do Sr. Fernando Ferro, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar, por intermédio do Ministro da Fazenda, informações ao Presidente do Banco do Brasil sobre Projeto de Desenvolvimento da Zona da Mata Nordestina. O autor usou da palavra para explicar que sua intenção era acompanhar os programas de investimentos para região da Zona da Mata, incluindo o setor sucro-alcooleiro, tendo em vista a grave situação da região em virtude da seca e do alto índice de desemprego. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. **5) REQUERIMENTO Nº 323/98** - do Sr. Fernando Ferro, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária sobre Programa de Reforma Agrária para a região Nordeste. O autor procedeu à leitura do requerimento e esclareceu que, a partir de informações do Ministro Raul Jungmann, ficou-se sabendo de um programa de reestruturação do setor sucro-alcooleiro da região da Zona da Mata e havia a intenção de reequacionar os débitos das usinas hidrelétricas. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. **6) REQUERIMENTO Nº 329/98** - do Sr. Chico Vigilante, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre a suspensão de cobrança judicial dos débitos de devedores da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. O autor procedeu à leitura do requerimento. O Deputado Fernando Ferro manifestou-se favorável à aprovação do requerimento. O Deputado Pauderney

Avelino, manifestando-se favorável, propôs fosse incluída a SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ao requerimento. O autor concordou com a proposta. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento na forma proposta pelo Deputado Pauderney Avelino. A seguir, o Deputado Márcio Fortes reassumiu a Presidência dos trabalhos, tendo em vista o Presidente ser autor do próximo item da pauta. **7) REQUERIMENTO Nº 332/98** - do Sr. Paulo Bernardo, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizar audiência pública com entidades da sociedade civil representativas de comunidades afetadas por projetos financiados por Instituições Financeiras Multilaterais, para instruir a Representação nº 01/98, em trâmite. O autor usou da palavra para defender o requerimento, ressaltando que o assunto era relevante e não havia informação suficiente para instruir a matéria. O Deputado Fernando Ferro, manifestando-se favorável, sugeriu fossem convidados representantes da SHESF e de seus trabalhadores, para poder debater um processo prático, como é o caso da Barragem Hidrelétrica de Itaparica. O Deputado Ayrton Xerez solicitou fosse esclarecido quem seriam os convidados. O senhor Presidente esclareceu que, se aprovado o requerimento, iria nomear um grupo de parlamentares para decidirem quanto aos convidados e à agenda da reunião de audiência pública. O Deputado Pauderney Avelino manifestou-se favorável à aprovação da proposição. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. O senhor Presidente nomeou os Deputados Ayrton Xerez, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo e ele próprio para constituírem o grupo de parlamentares responsável pela elaboração do roteiro de trabalho. Em seguida, o Deputado Paulo Bernardo reassumiu a Presidência dos trabalhos. **8) REQUERIMENTO Nº 333/98** - do Sr. Fernando Ferro, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizar audiência pública com entidades da sociedade civil e representantes das comunidades afetadas pela estiagem no semi-árido da Região Nordeste. O autor procedeu à leitura do requerimento. O Deputado Pauderney Avelino manifestou-se favorável à aprovação do requerimento e sugeriu fosse constituída uma subcomissão para visitar a região do Nordeste. O Deputado Fernando Ferro informou que já havia sido criada pela Mesa da Câmara dos Deputados uma Comissão Externa com essa finalidade. O Deputado Álvaro Gaudêncio Neto questionou quais entidades seriam convidadas. O senhor Presidente propôs fossem indicados os Deputados Álvaro

Gaudêncio Neto e Fernando Ferro para decidirem as entidades a serem convidadas, bem como a agenda da referida reunião. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento, sendo nomeados os Deputados Álvaro Gaudêncio Neto e Fernando Ferro para elaboração do roteiro de trabalho. O senhor Presidente retirou de pauta os itens 12 e 13, tendo em vista a ausência do autor, e incluiu novamente na pauta o item 7, em virtude da chegada do Deputado Arlindo Chinaglia. **9) REQUERIMENTO Nº 324/98** - do Sr. Arlindo Chinaglia, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar ao Tribunal de Contas da União inspeção extraordinária sobre as Planilhas de Custos Consolidadas elaboradas pelas empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo, nos últimos cinco anos, para efeito do arbitramento e homologação do valor das tarifas aéreas pelo Departamento de Aviação Civil - DAC, do Ministério da Aeronáutica. O autor procedeu à leitura do requerimento. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. **10) REQUERIMENTO Nº 316/98** - do Sr. Arlindo Chinaglia, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convocar o Ministro da Justiça e convidar o Diretor-Geral da Polícia Federal para prestarem informações sobre os contratos firmados pela Polícia Federal com as empresas Sofremi e Atech. O autor procedeu à leitura do requerimento, acrescentando que a justificativa utilizada para a dispensa e inexigibilidade de licitação era a segurança nacional, contudo, na sua análise, à Polícia Federal não compete a segurança nacional. O Deputado Pauderney Avelino informou que nesta reunião havia sido aprovado requerimento do Deputado Márcio Fortes, que solicitava informações ao Ministro da Justiça sobre o mesmo assunto, e sugeriu fosse deliberado o presente requerimento somente quando obtivesse a resposta daquele requerimento. O Deputado Arlindo Chinaglia concordou com a sugestão do Deputado Pauderney Avelino e solicitou à Presidência fosse a ele encaminhada a referida resposta. O senhor Presidente concedeu a solicitação do Deputado Arlindo Chinaglia e retirou a proposição de pauta, bem como os itens 15, 16 e 17. **11) REQUERIMENTO Nº 330/98** - do Sr. Chico Vigilante, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicitar informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a suspensão de cobrança judicial dos débitos de devedores da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. O autor esclareceu que o presente requerimento era igual ao de sua

autoria anteriormente aprovado, diferenciando-se apenas pela autoridade a ele destinada e ressaltou, ainda, que a Medida Provisória foi elaborada pela Casa Civil. O Deputado Pauderney Avelino sugeriu fosse acrescentado ao requerimento a SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O Deputado Chico Vigilante concordou com a sugestão. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento na forma proposta pelo Deputado Pauderney Avelino. **12) REQUERIMENTO Nº 331/98** - do Sr. Arlindo Chinaglia, que requer a esta Comissão transformar a Proposta de Fiscalização e Controle nº 33/95, de sua autoria, que "Solicita ao Tribunal de Contas da União que realize auditoria junto ao Banco Central do Brasil para apurar as denúncias de utilização irregular das chamadas contas CC-5", em auditoria operacional extraordinária. O autor procedeu à leitura do requerimento. O Deputado Milton Temer informou que na edição especial da revista "Carta Capital" desta semana foi veiculada matéria reafirmando as denúncias de utilização irregular das chamadas contas CC-5. O Deputado Paulo Cordeiro questionou a veracidade da referida matéria. O Deputado Pauderney Avelino manifestou-se favorável à aprovação do requerimento. Em votação, foi aprovado por unanimidade o requerimento. O senhor Presidente retirou de pauta os itens 20 e 21. **13) REQUERIMENTO Nº 336/98** - do Sr. Augusto Carvalho, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizar audiência pública para discutir os fatos que levaram à liquidação extrajudicial do Banco Mercantil de Descontos - BMD, com a presença das autoridades relacionadas no requerimento. O autor procedeu à leitura do requerimento. O Deputado Márcio Fortes sugeriu fosse o requerimento transformado em requerimento de informações. O Deputado Augusto Carvalho não concordou com a referida proposta. Em votação, foi rejeitado o requerimento contra os votos dos Deputados Augusto Carvalho, Arlindo Chinaglia, João Magalhães e Milton Temer. Os Deputados João Magalhães e Augusto Carvalho requereram verificação de votação. O senhor Presidente, constatando a evidente falta de quórum, adiou a votação do requerimento. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais número regimental, às doze horas e quarenta minutos o senhor Presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, eu, Gregório Victor de Caldas Rodrigues, Secretário-Substituto, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1998

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de agosto de mil novecentos e noventa e oito, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, reuniu-se, em audiência pública, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os membros titulares Deputados Confúcio Moura e Pauderney Avelino, e os membros suplentes Deputados Adylson Motta, Arlindo Chinaglia, Fernando Ferro e Paulo Lustosa. Compareceram como não-membros os Deputados Michel Temer - Presidente da Câmara dos Deputados - PMDB/SP, Benito Gama - PFL/BA, Alcides Modesto - PT/BA, Philemon Rodrigues - PTB/MG, Ivan Valente - PT/SP, Sérgio Miranda - PCdoB/MG, Gilney Viana - PT/MT, João Fassarella - PT/MG, Geraldo Pastana - PT/PA, e o Senador Pedro Piva - PSDB/SP. **ABERTURA:** O senhor Presidente declarou aberta a reunião de audiência pública destinada a debater com entidades da sociedade civil, sobre os financiamentos das instituições financeiras multilaterais e Orçamento da União: o papel do Congresso Nacional na fiscalização e controle de acordos internacionais e de financiamentos externos. O senhor Presidente informou aos presentes que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e o Senador Pedro Piva iriam se atrasar devido a outro compromisso concomitante. **ORDEM DO DIA:** O senhor Presidente comunicou aos participantes que a presente reunião estava sendo realizada devido a sugestão da Rede Brasil e agradeceu ao senhor Aurélio Viana Júnior (Secretário Executivo da Rede Brasil) pela iniciativa. Dando início ao painel: "A importância da participação do Parlamento na fiscalização e controle das políticas e dos financiamentos das Instituições Financeiras Multilaterais", o senhor Presidente convidou, para tomarem assento à Mesa, os senhores Marcus Faro, Diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Vereador Carlito Aragão, representante da Câmara Municipal de Belém/PA, Jo Marie Griesberg, Diretora da Organização Não-Governamental Center of Concern - Washington/DC e Aurélio Viana Júnior, Secretário Executivo da Rede Brasil e esclareceu aos expositores e aos parlamentares sobre o tempo que cada um teria para fazer seus pronunciamentos.

Na seqüência, os expositores fizeram considerações sobre o tema, participando da discussão os Deputados Ivan Valente, Alcides Modesto e o senhor Kjeld Jakobsen - representante da Central Única dos Trabalhadores. Logo após, o Presidente anunciou a chegada do Deputado Michel Temer - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senador Pedro Piva e do Deputado Benito Gama, passando-lhes a palavra para fazerem suas considerações. Em seguida, o senhor Presidente suspendeu a reunião. Às quatorze horas e vinte minutos, o senhor Presidente reabriu a reunião, iniciando o painel: "Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o financiamento da reforma do Estado" e convidou, para tomarem assento à Mesa, os Deputados Pauderney Avelino, Gilney Viana, o senhor Jocélio Drumond, Coordenador do Internacional dos Serviços Públicos no Brasil/ISP e o Deputado Estadual Elvino Bom Gass - PT/RS. Neste momento, o Deputado Pauderney Avelino assumiu a presidência dos trabalhos. Os expositores fizeram suas explanações, participando da discussão o senhor Siderlei Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, e Ana Carolina Cambesa Pareseli, representante da Universidade de Brasília. O senhor Presidente interrompeu a reunião por alguns minutos. O Deputado Paulo Bernardo reassumiu a presidência e abriu o painel: "Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o setor educacional no Brasil", convidando, para tomarem assento à Mesa, o Deputado Ivan Valente, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciências e Tecnologia, o senhor Sérgio Haddad, Secretário Executivo da Organização Não-Governamental Ação Educativa e a senhora Nancy Alexander, Diretora da Organização Não-Governamental Globalization Challenge Initiative. Os expositores usaram da palavra para suas considerações, participando da discussão a senhora Jo Marie Griesberg, Gilberto Pontes de Oliveira e Sônia Portela Kruppa, representante da Universidade de São Paulo. O senhor Presidente suspendeu a reunião por alguns minutos. O Deputado Fernando Ferro assumiu a Presidência dos trabalhos e abriu o painel: "O Banco Mundial e o Projeto de Itaparica", convidando os senhores Steve Schwartzman, representante da Organização Não-Governamental Environmental Defense Fund (Washington/DF) e Eraldo José da Silva, Coordenador do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O senhor Presidente e os expositores teceram comentários sobre o tema, participando da discussão os Deputados Pauderney Avelino, Alcides

Modesto, os senhores Aurélio Viana Júnior, Secretário Executivo da Rede Brasil, Risaldo Silva, representante da Fase Nordeste, Pedro Belarmino Neto, representante da Cooperança e Ademar Fagundes Vieira, representante do Pólo Sindical de Itaparica/PE. O Deputado Ivan Valente ajudou na Presidência dos trabalhos, reassumindo, ao final, o Deputado Paulo Bernardo. O senhor Presidente registrou a presença dos senhores Régis da Cunha Belém (ALERGS-PT), Carlos Eduardo Trindade Santos (Coordenação Nacional de Entidades Negras), Verônica Maria da Silva Gomes (DJUMBAM - Coordenação Nacional de Entidades Negras), Carlos Alberto Santos de Paulo (IDA - Instituto de Desenvolvimento Afro-Brasileiro - DF), Iara Pietricovsky (Cooperação Internacional do INESC), Paulo Leandro Ribeiro (Secretaria do Tesouro Nacional), Jorge de Melo Silva (Pólo Sindical de Itaparica/PE), Vicente da Costa Coelho (Cooperativa dos Produtores do Projeto Barreiras), Dorjival Araújo Melo (COOPAG), João Batista dos Santos (Cooperativa do Projeto Pedra Branca), Daydisson Neryde Sousa (COOPAR), Sidnei Dias dos Santos, Pedro Belarmino Neto (COOPERANÇA), Guilherme Carvalho, Geraldo Basílio de Brito (MUBG - Movimento Unificado do Bairro Guanabara), José Jerônimo Brumati (CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Flávia de Barros (UnB - Universidade de Brasília), Vereador Carlito Aragão (PT/PA), Celso Pereira de Souza (Pólo Sindical), Ingo Antônio (COFF/Câmara dos Deputados), Maria das Graças Rezende (Banco Central), Siderlei Oliveira (Presidente da CONTAC - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação), Daniel de Castro Gigante (Banco do Brasil), José Américo (COFF/Câmara dos Deputados), Ana Carolina Cambesa Pareseli (UnB), Adhemar S. Mineiro (CORECON/RJ), Severiano Cavalcante (ANFIP), Conceição Rezende (Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva de Faculdade de Medicina de Minas Gerais), João Batista (CNTSS/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social), Homero de Souza (COFF/Câmara dos Deputados), Jane Rocha (Jornal do Brasil), Ivanice Perez Alves (CONTAG), José Damaceno (PNUD), Luiz Queiroz (Jornal do Brasil), Vicente Miranda (ASBACE - Associação Brasileira de Bancos Estaduais), Renato Alvim de Paula (Banco do Brasil), Adriana Ramos (ISA- Instituto Sócio-Ambiental), John Garrison (BIRD - Banco Mundial), Juan Carlos (Conselho Nacional dos Seringueiros), Albina Lusnearich (ELO - Assessoria Financeira e Projetos), Auxiliadora Borges (Ministério

da Fazenda), Carlos da Silva Moreira (Ministério da Marinha), Roberto Leite (Ministério da Marinha), Ricardo Maranhus (ANDES), Maurício Barcelos (Banco do Brasil), Mayssa Previdello (Revista Isto É), Wladevino Menegassi (Banco Central) e Helnécio Milhome (CODEVASF). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às dezenove horas e cinco minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito, posteriormente, para compor esta Ata. E, para constar, eu, Maria Helena Pinheiro Monteiro, Secretária, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1998

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia onze de novembro de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sob a Presidência do Deputado Paulo Bernardo - Presidente, estando presentes os membros titulares Deputados Milton Temer - 1º Vice-Presidente, Márcio Fortes - 2º Vice-Presidente, Aldo Rebelo, Álvaro Gaudêncio Neto, Ayrton Xerez, Candinho Mattos, Confúcio Moura, Jairo Azi, João Leão, João Magalhães, Lindberg Farias, Luiz Fernando, Márcio Reinaldo Moreira, Pauderney Avelino, Pedro Corrêa, Rommel Feijó e Valdemar Costa Neto, e os membros suplentes Deputados Adylson Motta, Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Humberto Costa, Moreira Franco, Paulo Cordeiro, Paulo Lustosa e Ursicino Queiroz. Compareceram como não-membros os Deputados Colbert Martins - PPS/BA, Euzébio Simões - PL/BA, José Pimentel - PT/CE, Luciano Zica - PT/SP, Marcelo Déda - PT/SE, Marta Suplicy - PT/SP e Walter Pinheiro - PT/BA. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e dispensou a leitura das Atas das 9ª Reunião (Ordinária) e 10ª Reunião (Audiência Pública) realizadas nos dias 3 de junho e 11 de agosto, respectivamente, do corrente ano, por haverem sido previamente distribuídas cópias das mesmas aos senhores Parlamentares. Não houve discussão. Em

votação, foram aprovadas por unanimidade as Atas. **EXPEDIENTE:** O senhor Presidente comunicou o recebimento de cópia da Decisão, do Relatório e Voto do Tribunal de Contas da União, bem como do "compact disc", contendo os relatórios das fiscalizações, relativos aos resultados colhidos nos levantamentos de informações e auditorias feitos em obras públicas, pelas Secretarias de Controle Externo, em cumprimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999, e que todos estavam à disposição dos senhores membros na secretaria da comissão. Em seguida, o senhor Presidente declarou a prejudicialidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 33/95, do Deputado Arlindo Chinaglia, em razão da aprovação do requerimento nº 331/98, do mesmo autor, que trata do mesmo assunto. O senhor Deputado Arlindo Chinaglia pediu a palavra pela ordem e solicitou esclarecimentos sobre a decisão da presidência. O senhor Presidente informou que a secretaria da comissão lhe daria os esclarecimentos. **ORDEM DO DIA:** O senhor Presidente participou ao plenário a apresentação de requerimentos dos deputados Márcio Fortes e Pauderney Avelino solicitando a inversão de pauta, colocando o item nº 17 como o primeiro ponto de pauta. O senhor Deputado Milton Temer pediu a palavra pela ordem e, também, apresentou requerimento de mesmo teor. Continuando, o Deputado Milton Temer apresentou à Mesa requerimento de sua autoria a ser incluído extrapauta, em que convida o senhor Lafayette Coutinho para audiência pública. O Senhor Deputado Walter Pinheiro pediu a palavra e apresentou requerimento de sua autoria, também a ser incluído extrapauta, em que solicita cópia das fitas com gravações denunciadas pela revista "Época". O Senhor Presidente declarou que primeiramente deliberaria sobre a inversão de pauta e em seguida sobre os requerimentos extrapauta. Em discussão os requerimentos solicitando a inversão de pauta. Não houve discussão. Em votação. Aprovados. Em seguida, o senhor Presidente informou sobre o encaminhamento a ser dado em relação aos requerimentos extrapauta. Discutiram o assunto os Deputados Pauderney Avelino, João Leão, Milton Temer, Moreira Franco, Aldo Rebelo e Pedro Corrêa. O Deputado Walter Pinheiro propôs a retirada dos requerimentos. O Deputado Milton Temer concordou. Retirados os requerimentos, o Senhor Presidente deu início à discussão do item nº 17 da pauta. **1) REQUERIMENTO Nº 344/98** - da Sra. Marta Suplicy, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, providências para investigação de denúncias publicadas pela revista

"Época" e pelo jornal "O Estado de S. Paulo". A Autora procedeu à leitura do requerimento, acrescentando que este assunto não pode ser investigado apenas pelo Poder Executivo, mas que esta Comissão tem poder para fazer a referida investigação. Discutindo a matéria, o Deputado Walter Pinheiro disse que o que está em jogo não é só a punição para com os que cometeram o crime de grampo, mas com o restabelecimento das condições de serviço do sistema telefônico, principalmente com a privacidade do cidadão em razão da crescente privatização do setor. O Deputado Milton Temer ressaltou a gravidade das denúncias e a necessidade de se conhecer o conteúdo das gravações e não só o "grampeador". O líder do PT, Deputado Marcelo Déda, informou que a Liderança do PT entrou com representação junto ao Ministério Público solicitando a apuração dos fatos denunciados. Deputado Aldo Rebelo manifestou sua certeza na aprovação do requerimento. O Deputado Pauderney Avelino sugeriu que se escutasse o General Cardoso sobre o andamento das investigações e, só então, se apreciasse o requerimento. Pediu que se pensasse no momento de crise que o País atravessa, que esta questão só viria tumultuar ainda mais esta situação e que as investigações continuassem sendo efetuadas pela Casa Militar. Manifestando-se favorável ao requerimento, o Deputado Arlindo Chinaglia informou que defenderá a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista os limites de investigação da Comissão de Fiscalização. O Deputado Moreira Franco falou da seriedade e credibilidade dos que já estão apurando os fatos dentro do Governo. Argumentando que uma denúncia de corrupção nesse momento de crise poderia trazer mais instabilidade para o País, o Deputado João Leão manifestou-se contrário à aprovação do requerimento. Ressaltando a importância de se apurar os fatos, o Deputado Lindberg Farias declarou sua aprovação ao requerimento. Em nome da liderança do PPS, o Deputado Colbert Martins disse que era preciso apurar os fatos para se restabelecer a verdade. Novamente pela liderança do PT, o Deputado Marcelo Déda ressaltou que a Câmara tem que investigar e que é preciso desmascarar essa indústria em fazer grampos com o objetivo de obter informações privilegiadas no processo de privatização. Falou ainda que as denúncias têm dois enfoques: criminal e político. O senhor Presidente informou ao plenário que em virtude do início da ordem do dia no plenário do Câmara dos Deputados colocaria o requerimento em votação. Em votação, o requerimento foi

rejeitado. O Deputado Milton Temer requereu verificação de votação. Feita a votação nominal o senhor Presidente proclamou o resultado: dezesseis votos contrários e seis votos a favor. Rejeitado o requerimento contra os votos dos deputados Milton Temer, Aldo Rebelo, Arlindo Chinaglia, Humberto Costa, Valdemar Costa Neto e Lindberg Farias. Em seguida o senhor Presidente informou que os trabalhos seriam suspensos e retornariam às 14 horas e 30 minutos, tendo em vista acordo feito entre os Deputados José Pimentel e Pauderney Avelino. Às 15 horas e 10 minutos o senhor Presidente reabriu os trabalhos. Foi requerida a inversão de pauta para o Requerimento nº 343/98. Em votação a inversão de pauta: aprovada. Em discussão o item nº 16 da pauta. **2) REQUERIMENTO Nº 343/98** - do Sr. José Pimentel e outros, que requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que seja requisitada ao Tribunal de Contas da União - TCU, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional no Banco do Nordeste do Brasil S.A., exercícios financeiros de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998. O Autor informou ao plenário que o TCU realizou auditoria idêntica ao solicitado no requerimento e sugeriu que a Presidência da Comissão solicitasse ao TCU a peça global desta auditoria para que esse parlamentar possa conhecê-la. Por sugestão do Deputado Rommel Feijó, o Deputado José Pimentel solicitou a retirada de pauta, provisoriamente, de seu requerimento, até o conhecimento do conteúdo da auditoria do TCU. O senhor Presidente consultou o Deputado Rommel Feijó que concordou com o procedimento adotado. Retirado de pauta o requerimento.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais número regimental, às quinze horas e quinze minutos, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, eu, Maria Helena Pinheiro Monteiro, Secretária, lavrei a presente Ata, que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, Deputado Paulo Bernardo e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

